



O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Declaro iniciada a 13ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2023/CMO, de minha autoria, aprovado na 11ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 26 e 27 de setembro, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2023, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027, mais especificamente o eixo do desenvolvimento social e da garantia de direitos.

A Mesa já está composta. Tenho a satisfação de ter ao meu lado o nosso colega Deputado Paulo Teixeira, neste momento Ministro do Desenvolvimento Agrário do nosso Governo do Presidente Lula — muito obrigado pela sua presença neste debate —; a Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiaveli — que bom você estar conosco na Mesa! —; a Sra. Leany Lemos, que é a pessoa que está na Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil; a Sra. Carmem Priscila Bocchi, Assessora Técnica do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA.

Contaremos ainda hoje com a participação virtual do Sr. Arionaldo Bomfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde; da Sra. Cristiane Maria Simão Munhoz, Coordenadora-Geral de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde; da Sra. Vânia Marques Pinto, Secretária de Política Agrícola da CONTAG, representando a Marcha das Margaridas; do Sr. José Arimateia de Oliveira, Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social da Secretaria Nacional de Assistência Social, representando o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome — MDS; e do Sr. Getúlio Vargas de Moura Júnior, Conselheiro do Conselho Nacional de Saúde.



Eu quero informar que representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura — FAO também participaria deste debate, mas, em função do dia Mundial da Alimentação e da sua agenda na sede, em Roma, ficou impossibilitada tecnicamente a sua participação neste instante.

Eu quero agradecer a presença de todos, do pessoal da assessoria que nos acompanha, das entidades representadas, as quais vamos apresentar no decorrer do tempo, e dos Parlamentares que por aqui já passaram e vão retornar.

Eu vejo o Deputado Distrital Gabriel, que está ao fundo, que eu queria saudar — V.Exa. também pode participar conosco à frente das atividades.

Eu queria, Ministro e colegas de Mesa, falar do espírito da nossa audiência pública do dia de hoje. O planejamento voltou ao País. Voltou a existir Ministério do Planejamento, mas também planejamento. Quando fazemos o debate do PPA, é fundamentalmente isto o que se pensa: que Brasil nós precisamos estruturar para o próximo período? O período mais fixo é o de 2024 a 2027, que é o período do PPA, mas ele vai, obviamente, desencadear programas que vão ter continuidade não apenas em 4 anos.

Nós já fizemos aqui na Comissão Mista de Orçamento um debate com a presença dos dois Ministros que, pelo Presidente Lula, andaram pelo País e coordenaram a execução desse programa. Na reunião anterior estiveram presentes a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo, que são os nossos dois Ministros que participaram do debate para falar do aspecto geral da organização, da participação, das temáticas elaboradas, das metas, do processo de elaboração de um plano que não só será lembrado daqui a 4 anos, mas também terá acompanhamento por parte do Governo, terá acompanhamento por parte da sociedade civil, terá mecanismos de transparência, terá participação do Parlamento. Esse plano terá o acompanhamento dessas três entidades para que possa ser avaliado, melhorado, aprimorado, ampliado. Esse é o nosso desejo.

Nós aprovamos também na Comissão Mista de Orçamento, já que o Governo os apresentou no Plano Plurianual, três eixos. Um é o eixo do desenvolvimento



social e combate às desigualdades, tema que nós vamos aprofundar hoje aqui. Não foi possível convidar todos os Ministérios e todas as áreas que têm a ver com isso, mas convidamos os três Ministérios mais diretamente interessados, que são o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar — MDA, o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, juntamente com as entidades da sociedade civil representadas aqui também.

No dia 24 ocorrerá a segunda audiência pública, sobre desenvolvimento econômico, que é o segundo eixo. O desenvolvimento econômico carrega a ideia de neointustrialização, de geração de renda, emprego e trabalho, de crescimento econômico. Aliás, sobre isso é muito importante que registremos a boa notícia que recebemos de ontem para hoje. Qual é? O Brasil volta a estar entre as dez economias do mundo. Isso significa, na análise interna, não só inflação controlada, mas também crescimento econômico. Todos achavam que, na melhor das hipóteses, o PIB cresceria 0,9%, ou seja, menos de 1%, mas já existe a possibilidade de ele crescer 3,2% — alguns analisam um crescimento de 3,3% — neste ano, graças a políticas acertadas e trabalhadas pelo nosso Governo Federal.

Estarmos entre as dez economias do mundo também é consequência, com certeza, de políticas afirmativas qualificadas, no sentido de um crescimento do Brasil, que precisa crescer para dialogar com o nosso tema de hoje, que é distribuição de renda. Não adianta só crescer. Precisamos distribuir a renda, e essa renda tem que chegar para o povo. Este é o debate que nós vamos fazer aqui: como vamos fazer chegar essa renda para a população?

O terceiro eixo é o tema da democracia, da reconstrução do Estado, da soberania do Brasil. Sobre esse tema haverá outra audiência, na terceira semana. Então, a cada semana nós faremos aqui na CMO uma audiência pública para aprofundar os eixos específicos desse PPA, o qual queremos mais participativo, dialogando com a realidade, acompanhado, para efetivamente ser implementado no próximo período do nosso País.



Um bom debate a todos!

A sequência do nosso trabalho é ouvirmos em primeira mão o nosso querido Ministro Paulo Teixeira.

O SR. MINISTRO PAULO TEIXEIRA - Eu quero desejar um bom dia a todas e a todos e agradecer ao nosso querido Deputado Elvino Bohn Gass, que é o Relator do Plano Plurianual — PPA de 2024 a 2027.

Quero cumprimentar todos os Parlamentares presentes, a Deputada Dilvanda Faro, o Deputado Luiz Gastão, o Deputado Carlos Henrique Gaguim, o Deputado Weliton Prado, o Deputado Distrital Gabriel Magno; a representante do Ministério do Planejamento, Sra. Leany Lemos; a Sra. Carmem Bocchi, aqui presente, e venho acompanhado da Secretária-Executiva Fernanda Machiaveli; do Diego, que é o nosso Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração — SPOA, e também da nossa assessoria na área parlamentar.

Eu quero agradecer o convite, primeiro, parabenizando a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo, que visitaram 27 Unidades da Federação para ouvir as demandas do povo brasileiro para os Orçamentos de 2024, 2025, 2026 e 2027. Esse foi um trabalho riquíssimo de escuta e não se deu apenas presencialmente, mas também por meio digital, com votações que ocorreram em todo o território nacional.

O Ministério tem como objetivo aumentar a produção de alimentos no Brasil. Por que se fala em aumentar a produção de alimentos no Brasil? Nos últimos anos, houve aumento da produção de grãos no Brasil: milho e soja. Parte dessa produção está associada à produção de alimentos no Brasil, mas parte dessa produção está associada à exportação, conferindo ao País uma balança comercial favorável. Assim, a produção de grãos tem um papel econômico fundamental. Mas nós tivemos outro fenômeno na sociedade brasileira, que foi a diminuição da produção de alimentos para consumo do povo brasileiro. No Brasil, houve diminuição da produção de arroz, de feijão, de mandioca, de hortaliças, de legumes.



E o que aconteceu no Brasil? Houve a volta ao *Mapa da Fome*, segundo dados da FAO, e parte do País tem insegurança alimentar grave: estima-se que 20 milhões de brasileiros e brasileiras estejam vivendo em insegurança alimentar grave, mas 80 milhões também estão em insegurança alimentar, por se alimentarem mal, por terem mudado os seus costumes alimentares, talvez pela perda de renda ou pela pandemia, e passaram a se alimentar com ultraprocessados, embutidos, açucarados, bebidas açucaradas. Assim, o Brasil passou a ter problemas graves de saúde em razão da má alimentação do seu povo. Por isso a importância de se aumentar a produção de alimentos a serem colocados na mesa do povo, alimentos saudáveis, e de se recuperar, através de uma reeducação alimentar, a cultura alimentar do nosso povo.

Para isso, o Presidente Lula passou a distinguir a agricultura familiar, aquela que tem quatro módulos na sua propriedade e que tem imensa importância na produção desses alimentos que são da cultura alimentar do nosso povo. Por essa razão, ele recriou o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar — MDA e a ele associou o INCRA, a CONAB e a ANATER. A CEAGESP, de São Paulo, e a CEASA Minas Gerais são ambas responsáveis por 44% do abastecimento de alimentos no Brasil.

Cumprimento aqui novamente a Deputada Dilvanda Faro e o Senador Beto Faro, a quem agradeço o prestígio da presença.

Ao recriar esse Ministério, o Presidente Lula recriou e fortaleceu políticas públicas que haviam sido implementadas durante o seu primeiro e o seu segundo Governos e o primeiro e segundo Governos da Presidenta Dilma Rousseff, que foi interrompido por um golpe. Naquele momento, essas políticas ajudaram a tirar o Brasil do *Mapa da Fome*. E quais são essas políticas que foram fortalecidas ou recriadas durante este ano, nos 10 meses deste Governo do Presidente Lula? A primeira grande ação foi a de corrigir os valores da alimentação escolar. A correção esteve em torno de 40% do valor da merenda escolar por aluno, o que representou um aumento de 1,5 bilhão de reais para a alimentação escolar. E essa estratégia



para a alimentação escolar tem em vista a compra de alimentos na região — por isso é que 30% são da agricultura familiar —, de alimentos frescos e de qualidade para a alimentação das crianças brasileiras.

Além de colocar 1,5 bilhão de reais no Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Presidente Lula recriou o Programa de Aquisição de Alimentos.

E neste ano, Leany, esse programa foi muito importante porque usou, para a seleção das famílias que participariam do PAA, o Cadastro Único. Ao utilizar o Cadastro Único, aconteceu uma coisa muito rica na sociedade brasileira: esse programa chegou aos mais pobres, e então passaram a vender para o PAA comunidades extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, programa de reforma agrária.

Houve uma mudança muito substancial, Deputado Bohn Gass, em relação ao PRONAF. O PRONAF tem uma incidência no Sul do Brasil, o que é muito bom, mas tem menor incidência relativa no Nordeste, no Centro-Oeste, no Norte e no Sudeste.

Já o PAA, Deputada Dilvanda, realiza agora uma compra muito substantiva no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul. Ele é mais a cara do Brasil nessa compra que foi feita. E assim o PAA estimula o agricultor familiar a produzir, porque ele tem certeza de que, se ele produzir, ele vende e ajuda a organizar a renda do agricultor familiar, para que ele produza uma diversidade de alimentos.

Eu falei que o agro tem 15 produtos no seu repertório, a agricultura familiar tem 400 produtos. Por essa razão, o PAA é muito virtuoso. No Orçamento do ano passado, havia 2 milhões de reais para o PAA, que é um valor irrisório. Na transição, conseguiu-se um orçamento de 500 milhões de reais para o PAA. Ontem, o Presidente Lula anunciou o valor de 250 milhões de reais a mais. Assim, o PAA terá, já neste ano de 2023, 750 milhões de reais. Esse programa tem a virtude de produzir alimentos, de produzir alimentos com diversidade, produzir alimentos saudáveis e doá-los às comunidades com insegurança alimentar.



Recentemente eu estive com o Governador do Amapá, o Clécio. O Governador do Amapá me trazia o problema da contaminação da mandioca no norte do Amapá, em virtude de um problema que houve na plantação de mandioca, que atingiu as comunidades indígenas que se alimentam com mandioca. E quem está oferecendo mandioca para essas comunidades do norte do Amapá? O PAA. É o PAA que compra mandioca em outras regiões, mesmo do Amapá, e manda para as comunidades indígenas do norte do Amapá. O PAA é um programa muito importante.

Eu estou falando isso porque depois eu vou dialogar com os Srs. e as Sras. Parlamentares. Aliás, o Senador Beto Faro é o Relator da área de agricultura no Orçamento de 2024. Eu quero fazer esse diálogo.

Se V.Exa. me permitir, vou desenvolver mais os programas, para voltar a esse diálogo do Orçamento de 2024.

O PAA é um programa muito virtuoso e voltou com força no Governo do Presidente Lula. Ele é um programa feminino, porque 70% das ofertas de produtos se deram por mulheres. Nos critérios que estão colocados, é de metade. No Nordeste, chegou a 75% de produtos ofertados por mulheres. Portanto, o PAA é um programa muito feminino.

Por essa razão, eu quero dialogar sobre o Orçamento 2024. O que está previsto no Orçamento de 2024 é um valor menor do que o previsto no Orçamento de 2023. Eu quero aproveitar aqui este momento de diálogo — sei que aqui estão as assessorias dos Parlamentares e das Parlamentares — para ver como nós conseguimos melhorar o valor no Orçamento de 2024 para o Programa de Aquisição de Alimentos.

O terceiro programa que o Presidente Lula instituiu foi o programa de compras institucionais. As Forças Armadas terão que comprar 30% da produção da agricultura familiar, assim como os hospitais universitários, os centros, os institutos federais. A Ministra Nísia me disse que vai estender essa exigência aos hospitais



que recebem dinheiro do SUS. E assim nós vamos ter formado um sistema de compras públicas muito importante.

Bom, feita essa relação com o sistema de compras públicas, o nosso Governo também lançou um programa de Assistência Técnica e Extensão Rural. São 50 milhões de reais para as mulheres, para a agricultura produzida por mulheres. Agora, está soltando dois editais de agroecologia de 20 milhões de reais, um para o Norte e um para o Nordeste, de mais 40 milhões de reais, totalizando 90 milhões de reais, e transferimos para as empresas públicas de assistência técnica 30 milhões de reais, totalizando 120 milhões de reais.

Aí eu quero fazer uma reflexão que vai no Orçamento de 2024. Na minha opinião, há pobreza no campo, mesmo havendo posse da terra, por falta de assistência técnica. Nós temos tecnologia na EMBRAPA, temos tecnologia nas universidades, nos institutos federais, temos sistema de crédito, temos fomento, mas, muitas vezes, não temos assistência técnica que chegue a esse agricultor e não temos outro aspecto, que é o acesso ao mercado. Assim como desenvolvemos essas políticas de acesso ao mercado, é fundamental aumentar a assistência técnica e extensão rural.

Nós vamos realizar um seminário, no início de 2024, sobre assistência técnica e extensão rural. Esse sistema de assistência técnica e extensão rural foi desarticulado no Governo do então Presidente Fernando Collor de Mello. Ele desarticulou o sistema de assistência técnica e extensão rural. Precisamos repensá-lo, para fortalecê-lo nos termos do SUS, nos termos do sistema de educação — FUNDEB —, nos termos do sistema de habitação, nos termos do sistema de assistência social. Portanto, nós temos que fortalecer o sistema de assistência técnica no Brasil, e para isso precisamos de dinheiro. Parte desse dinheiro eu acho que tem que vir do orçamento. Mas nós temos que discutir recursos que estão sendo reservados em alguns lugares, que eu acho deveriam ser redistribuídos para a assistência técnica do pequeno agricultor.



Por isso, eu queria trazer esse tema aqui, porque também o valor no Orçamento para assistência técnica e extensão rural não responde a essa necessidade de universalização do sistema de assistência técnica e extensão rural.

Bom, além do sistema de compra e de assistência técnica e extensão rural, nós voltamos a demarcar terras de quilombos e a dar créditos aos quilombolas. Mas todos os senhores e as senhoras sabem que a demarcação de terras de quilombos requer recurso, isso é, não basta demarcar. No caso da pessoa que esteja com a titularidade da terra, para ter os seus títulos, ela tem que pagar. E assim precisa de recurso para pagar, mas nós voltamos ao programa de demarcação de terras remanescentes de quilombos. Vamos fazer uma entrega substantiva no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Retomamos o Plano Safra da Agricultura Familiar — PRONAF, com valor recorde, 77,7 bilhões de reais, e tem muitas novidades, está cheio de novidades. Primeiro, os juros para quem produz alimentos é menor nesse plano safra; segundo, há um PRONAF para as mulheres; terceiro, há um PRONAF agroecologia com juros de 3%. E aumentou o valor do microcrédito para a reforma agrária, aumentou o valor para as comunidades indígenas, para os quilombolas. O PRONAF microcrédito, que antes podia ser só de uma família, hoje pode ser desdobrado entre a mulher e o homem, que podem pegar dois financiamentos, somando-se os seus financiamentos.

Qual é o problema disso? O problema disso são as regras bancárias. O agricultor, se fosse bem de vida, teria parentes que pudessem dar garantias no lugar dele. Mas ele não tem o que dar em garantias.

Por que o microcrédito funciona bem, Senador Beto e Deputada Dilvanda, na Região Nordeste? Por causa do Fundo Constitucional do Nordeste. Mas deveria agora funcionar, nós deveríamos estender o microcrédito para o Norte, porque há o fundo constitucional.

Nós temos que garantir que o Fundo Constitucional do Norte e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste provisionem dinheiro para garantir o microcrédito.



O que acontece hoje é que esses fundos constitucionais do Norte e do Centro-Oeste todos vão para grandes empresas e para a grande agricultura, o que é bom. Mas tem que tirar uma parte para a pequena agricultura e o agricultor familiar.

Por isso, nós estamos em debate dentro do Governo para que o Fundo Constitucional do Centro-Oeste provisione um recurso para assegurar e garantir o PRONAF. Se isso acontecer, o PRONAF vai melhorar.

No Norte e no Centro-Oeste, na minha opinião — quem sou eu para dar conselho aqui —, o BASA deveria usar a mesma metodologia que o BNB usa, que o Banco do Nordeste usa para aplicar o microcrédito no Nordeste. O microcrédito é um sucesso no Nordeste. Eu não entendo por que ele não é um sucesso no Norte e não é um sucesso no Centro-Oeste.

Acho, Deputada Dilvanda e Senador Beto Faro, que V.Exas. deveriam entrar nesse debate. Nós vamos chamar os bancos, vamos chamar os fundos. Já temos uma reunião prevista para dizer: *"Olha, nós temos que estender ao Norte e ao Centro-Oeste os mesmos privilégios, as mesmas garantias que existem no Nordeste"*.

Para os senhores, qual é o lugar onde há mais assentamentos no Brasil, quais são os Estados de maior quantidade de assentamentos? O Pará e o Maranhão. Acho que isso teria uma repercussão muito grande. Acho também que o BASA e o Banco do Brasil deveriam fazer correspondentes financeiros, correspondentes bancários para desconcentrar a atenção ao agricultor e haver mecanismos digitais para atender o agricultor, para ele não precisar ir àquela região onde ele está.

Por isso, é um tema que eu quero trazer aqui, que é o tema do Plano Safra da Agricultura Familiar. Mas nós já conseguimos aumentar o investimento no Nordeste nesse balanço que temos do Plano Safra.

É uma alegria cumprimentar o Deputado Alencar Santana, que está como Vice-Líder do Governo.

Deputado João Leão, também quero agradecer a sua presença.



Quanto ao Plano Safra da Agricultura Familiar, nosso desafio, então, é: um, distribuir melhor o dinheiro no território nacional; dois, fazer com que esse recurso regue a base da agricultura, que são os pequenos agricultores.

Além do Plano Safra da Agricultura Familiar, o Presidente Lula relançou o Programa Mais Alimentos.

Nós queremos agora, nós vamos dar posse ao Conselho do Programa Mais Alimentos de Produção de Máquinas.

Eu estou levando três desafios para a produção de máquinas no Brasil. O primeiro é para colher açaí. O segundo é para quebrar coco do babaçu. Não só o coco do babaçu, mas também a macaúba. Há outros produtos que precisam de quebradeiras. O terceiro é para quem trabalha com camarão. Normalmente, são mulheres que trabalham dentro da água para a limpeza do camarão. Por isso, nós precisamos desenvolver máquinas mais apropriadas à agricultura familiar.

O Mais Alimentos foi um programa lançado pelo Presidente Lula. Agora, nós estamos dando posse ao grupo gestor desse programa, para ver como as empresas desenvolvem mais máquinas adequadas à pequena propriedade, já que nós temos máquinas muito modernas, adequadas à grande propriedade, mas temos poucas máquinas adequadas à pequena propriedade.

Lançamos dois outros programas.

No Programa de Reforma Agrária, também nós conseguimos um aumento de valor para o INCRA, mas muito aquém do tamanho do desafio da reforma agrária no Brasil, muito aquém do tamanho do desafio.

Lançamos o Programa Quintais Produtivos, 90 mil quintais produtivos, que engloba produções de pequeno porte, voltado para as mulheres, para a produção de alimentos.

Eu estive no Rio de Janeiro, Fernanda, na EMBRAPA Agrobiologia, como eles a chamam.



Na EMBRAPA Agrobiologia, Elvino, eles têm um modelo de quintal produtivo que dá uma renda de 6 mil reais para a família naquele pequeno quintal produtivo. Quem toca esse programa é uma pessoa que você conhece, a Conceição Dantas.

Foram esses os programas lançados para aumentar a produção de alimentos e ao mesmo tempo aumentar a diversidade desses alimentos; e fazer uma transição de uma agricultura de base química para uma agricultura de base biológica, fazer uma transição ecológica ambiental na agricultura, para nós termos uma maior produção de produtos orgânicos e agroecológicos. Esse é o grande desafio também.

Por isso, estou aqui com a Deputada Dilvanda e com o Senador Beto. Nós estamos lançando agora um programa de florestas produtivas, de agroflorestas voltadas ao Brasil. Nós vamos começar pelo Norte, vamos começar pelo Estado em que eles estão.

Eu já pedi uma agenda com o Governador do Pará para discutir o sistema agroflorestal e florestas produtivas. Hoje, a produção de açaí, de castanha, de cacau, de guaraná, de cupuaçu é muito mais rentável do que a pecuária extensiva e a produção de soja naquelas regiões.

Assim, nós temos a proposta de uma agricultura restaurativa capaz de recompor a função climática daquele bioma amazônico para o mundo. Estou pedindo agora uma reunião na Casa Civil e estamos desenvolvendo um sistema de irrigação com energia solar fotovoltaica.

Eu percebi, Deputado Alencar e Deputado João Leão, que hoje no Brasil quem paga energia cara são os mais pobres. É um sistema regressivo. Os ricos saíram para o mercado livre. A classe média saiu para a energia solar fotovoltaica. Os pobres ficaram no sistema nacional, pagando uma fortuna pela energia.

Eu fui ao Amapá. Lá, a D. Sebastiana, que devia ter a minha idade, mas aparentava ser muito mais velha, me disse: *"Meu filho, quando é que vocês vão conseguir trazer água para eu plantar?"* Aí eu falei dessa ideia do sistema solar fotovoltaico com irrigação. Ela falou assim: *"Se eu tiver isso, eu vou ser uma mulher*



feliz". Eu acho que nós temos que fazê-la uma mulher feliz. Então, esse é outro programa que está em curso.

Nós temos que lançar um programa para termos uma agroindústria mais forte. No Brasil, você vai encontrar muita agroindústria familiar. No Centro-Oeste, você vai encontrar uma agroindústria familiar importante, assim como no Nordeste, no Norte, enfim, no Brasil inteiro, mas é preciso orçamento para a agroindústria.

Quando houve a regulamentação do tema de cooperativas no Brasil, foi criado um fundo garantidor para as grandes cooperativas, mas não foi criado um fundo garantidor para as pequenas e microcooperativas. É por isso que não temos um sistema cooperativado mais forte no Brasil, como existe na Itália, e de agroindústrias, como há na Europa. Nós poderíamos ter esse sistema, porque o povo brasileiro, gente, sabe fazer tão bem ou melhor do que outros povos.

Eu cumprimento o nobre Deputado Bacelar, baiano, aqui presente na nossa reunião.

Por essa razão, eu descrevi um pouco os nossos programas. Eles estão todos no PAA. Mas eu estou querendo aproveitar esta oportunidade para pedir para os Parlamentares nos ajudarem no Orçamento de 2024.

Quanto ao Orçamento de 2024, eu vou citar uma tabela comparativa aqui para as senhoras e para os senhores. O orçamento do MDA, em 2010, era de 6 bilhões; em 2014, 5 bilhões; em 2023, 1 bilhão, com o custeio junto e somando MDA, INCRA e CONAB. Agora, em 2023, é de 1.200 bilhão. Em 2024, foi para 1.400 bilhão, pelo PLOA. Está muito longe daqueles 6 bilhões lá de 2010.

Por isso eu sempre olho aqui para a Leany Lemos, do Ministério do Planejamento, e olho para os Srs. Parlamentares. Eu queria ver se cada bancada poderia providenciar uma reunião conosco. Eu vou até pedir para o Alencar fazer uma reunião da bancada de São Paulo em geral e da nossa bancada, para nós discutirmos orçamento, e da bancada do Pará.

Nós estamos tentando pedir uma força para os Srs. Parlamentares. Em que os Parlamentares poderiam apor recursos? Primeiro, no PAA, para aumentarmos



os recursos para o PAA. Segundo, para aumentar os recursos para a reforma agrária. Terceiro, para aumentar recursos para a agroindústria. Quarto, para aumentar os recursos para máquinas. Quinto, para aumentar os recursos em cobertura de celular. Não vai ficar jovem no campo se não houver cobertura de celular. Nós temos que fazer é incentivar esse jovem a estudar, para que ele volte e ajude a modernizar a administração e a gestão da propriedade familiar e fazer a sucessão da propriedade familiar.

Então, nós queremos agradecer ao ilustre Deputado Bohn Gass.

Eu pedi para o Núcleo Agrário e para a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar para realizarmos um café da manhã amanhã. Eu voltarei aqui amanhã para pedirmos essa força para V.Exas. Eu queria ver se a Secretária-Executiva Fernanda Machiaveli gostaria de complementar as questões.

Senador Beto Faro, as nossas esperanças residem no seu relatório. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Sr. Ministro Paulo Teixeira, pela excelente apresentação dos desafios para o próximo ano e para o próximo período, porque vão estar lincados.

Antes de passar a palavra para a Secretária-Executiva Fernanda Machiaveli, anuncio que o Senador precisa ir à reunião da CPI das ONGs. Eu achei que era outra CPI, porque hoje será lido o relatório da CPMI do 8 de Janeiro.

Portanto, concedo a palavra ao Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (PT - PA) - Quero cumprimentar o Deputado Elvino Bohn Gass, sempre muito comprometido com a pauta da agricultura e da agricultura familiar. Participamos juntos, em todos os nossos mandatos como Deputados, da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Agora, S.Exa. continua atuando. Cumprimento o nosso Ministro Paulo Teixeira, todos os representantes dos demais órgãos e os nossos Parlamentares aqui presentes.

Como já começou a CPI, terei que sair. Eu tenho que estar lá na CPI das ONGs. Eu não poderia deixar de vir, primeiro porque o nosso Estado representa muito na pauta do MDA. Nós temos mais de 200 mil assentados da reforma agrária.



Só na nossa Superintendência 01 — eu fui superintendente lá atrás, nesse tempo bom, Ministro, quando o orçamento era de 6 bilhões —, em Belém, tem 102 mil famílias assentadas, em RBs registradas dentro das áreas. Há áreas para serem retomadas. Há áreas novas para a criação de novos assentamentos, com modalidades diversas de assentamentos. Não é só um modelo.

Nós temos lá uma base importante nas ilhas, que são áreas preservadas. Hoje, são as áreas mais preservadas, inclusive. As pessoas moram quase que em cima da água e não têm água tratada para poder tomar, para poder suprir suas necessidades.

Uma das questões que nós temos que trabalhar muito, na minha avaliação, naquela região toda do Marajó, do Baixo Tocantins, na região toda ali, é a questão do tratamento de água. Como investir nisso?

Eu sei hoje da necessidade, até porque nós acompanhamos. Uma coisa para mim hoje no INCRA que está ligada à sua Pasta é essa reestruturação dos órgãos. Eles estão muito pequenos diante da demanda de trabalho. Eu fui superintendente quando tínhamos 450 funcionários, servidores, na Superintendência de Belém.

Voltando agora — não sei como é que conseguiram fazer, num espaço tão curto de tempo, um negócio desse —, nós temos 120. E dos 120 temos uns 40 que chegaram à idade da aposentadoria. Então, estão ali precisando inclusive de uma motivação para poder continuar. E é gente que não dá mais conta de se mobilizar para ir às regiões. Então, há uma deficiência até para elaborar um projeto, para acompanhar um projeto.

Até porque hoje eu acho que, na nossa condição, num Estado como o nosso, há possibilidade de buscar recursos para dentro dos assentamentos, para a agricultura familiar, até fora do MDA, em outros órgãos do Governo. Mas tem que haver uma equipe capaz de elaborar um projeto, de acompanhar um projeto. E isso o INCRA e o MDA no Estado podem ajudar e muito nessa articulação.

Então, acho que há uma questão que é de reestruturação e outra que é de grana mesmo. Não dá para imaginar o INCRA com 20 milhões de reais em



infraestrutura para fazer política no Brasil inteiro. O que nós temos de recursos no INCRA ou no MDA para fazer infraestrutura dentro dos assentamentos é muitas vezes menor do que o valor de uma ponte que se faz para ligar uma cidade à outra, um Município a outro. Então, dentro do Governo, mesmo com uma carência, nós temos que olhar para esse segmento com uma diferença.

Eu queria muito estar na relatoria. Eu sou Relator Setorial de Educação e Cultura. Essa foi a que eu pedi, mas não me deram essa daí. Não achando que a de educação não é importante. É importante. Lá nós vamos fazer... Eu sou da Educação e Cultura. A Deputada Dilvanda é Relatora Setorial de Direitos Humanos e Mulheres. Mas nós vamos dialogar. Eu coordeno a bancada do Estado. Então, vamos dialogar com a bancada.

Eu acho que inclusive no Estado dá para pensar em uma reunião geral da bancada. Mas já conhecemos ali quem tem relação com a base rural e quem topa aportar dinheiro na área rural. Então, daqui a pouco, uma reunião aqui com todo mundo, mas uma reunião lá no seu gabinete com aqueles com quem sabemos que têm coragem de aportar o dinheiro para irmos lá fazer uma conversa e acertar essas questões.

Eu queria saudar isso. Eu sei que você tem sido uma pessoa que tem recebido muito bem. É orientação do Governo, todo mundo tem recebido, mas você tem feito uma deferência muito importante, especial para nós do Estado. Já foi em todas as regiões do nosso Estado. Já ficou em agenda em Belém 3 ou 4 dias seguidos conosco. Ajudou-nos inclusive na articulação com organismos como o Banco da Amazônia, por exemplo.

Aqui tem que haver um debate muito claro. O Banco da Amazônia não mudou ainda, em minha avaliação. Nós ainda não conseguimos mudar. Mudou o Governo, mas ainda não conseguimos a prática, a ação. Mesmo tendo mudado já parte da direção, mas a prática... Pegamos lá uma região onde a agricultura familiar, percentualmente, deve ser uma das maiores do Brasil, hoje as pessoas que têm acesso ao PRONAF não chegam a 10%. Os agricultores familiares daquela região



não chegam a 10%. Nós temos 10,3 bilhões de recursos do FNO disponibilizados — esse é o orçamento do Banco da Amazônia —, e o que está disponível para a agricultura familiar, *a priori*, para esse programa todo, são 600 milhões de reais.

Eu queria inclusive que se disponibilizasse pelo menos na proporção do Plano Safra para o agronegócio e para a agricultura familiar: 70 não, mas 5 vezes mais para a agricultura. Fazendo pelo menos nessa proporção, já dobraríamos o dinheiro para poder fazer o da agricultura familiar. Eu acho que essa tem que ser uma conversa de todo o Governo, para poder acertar esse procedimento com as garantias e com as ações que o FNE faz no Nordeste. É importante ressaltar isto aqui, que o FNE sempre fez isso. Mas precisamos de apoio, de suporte.

Quero agradecer inclusive as intervenções que o senhor tem feito para nos ajudar nessa articulação na região. Na minha avaliação, o MDA está de parabéns pelo trabalho que vem fazendo com os poucos recursos que tem. Isso tem criado uma expectativa muito grande. Para nós do Estado, há uma expectativa muito grande. Estamos nos segurando neste ano e dizendo o seguinte: neste ano, nós estamos trabalhando com o orçamento que não foi deste Governo e uma série de coisas. No ano que vem, não dá mais para poder viver com isso. No ano que vem, nós temos que iniciar o ano já com ações e com programas, sob pena de criar uma frustração muito grande com o nosso Governo Federal e com o novo MDA.

Obrigado.

O SR. MINISTRO PAULO TEIXEIRA - Eu queria cumprimentar o Deputado Elton Welter, do PT do Paraná, e o sempre Deputado Luiz Alberto, da Bahia, que está aqui também. Agradeço-lhe a presença.

Peço licença — não sei se alguém gostaria de falar mais —, mas eu pedi para a Fernanda ficar. Eu tenho um compromisso com o Ministro da Agricultura e peço licença para ir, porque já estou atrasado para fazer essa reunião com ele.

Muito obrigado, Deputado Elvino Bohn Gass. Muito obrigado a todas e todos. Nossa Secretária Fernanda, sempre com muita competência, vai poder ajudar aqui no desenvolvimento desta reunião.



O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Perfeito.

Nós agradecemos a presença do Ministro e saudamos os colegas que já foram citados aqui. Ao fundo, vejo também o Deputado Luciano Amaral, que também está presente.

Eu passo, então, a palavra para a Fernanda Machiaveli.

Eu te agradeço, Ministro Paulo Teixeira. Boas atividades lá no Ministério! Seguimos com as nossas reuniões e articulações aqui, internamente.

A SRA. FERNANDA MACHIAVELI MORÃO DE OLIVEIRA - Obrigada.

Bom dia a todas, bom dia a todos. Quero cumprimentar o Deputado Elvino Bohn Gass, que é um grande defensor da agricultura familiar e um parceiro muito importante do Ministério do Desenvolvimento Agrário desde a sua fundação. Quero cumprimentar os Deputados e as Deputadas aqui presentes, os assessores, as assessoras e os representantes da sociedade civil que também estão aqui acompanhando este debate tão importante, que é o debate sobre o PPA — Plano Plurianual.

Cumprimento a Secretária Leany Lemos, que nos liderou no Poder Executivo, na elaboração desse projeto de lei que foi enviado ao Congresso, e a colega Carmem, da equipe do CONSEA, também liderado pela grande Elisabetta Recine, que tem feito todo um processo de elaboração das políticas para a segurança alimentar e nutricional do nosso País.

Eu quero só complementar explicando exatamente o que está dentro do PPA para o MDA. Acho que é importante os Deputados e as Deputadas saberem que agora, Deputado Elvino, nós estamos enviando nesse PL três programas que se referem à agricultura familiar.

No passado, no último PPA, não houve nenhum programa que tratasse da agricultura familiar especificamente. Agora nós vamos ter um programa que se chama Agricultura Familiar e Agroecologia. Esse programa foi o oitavo mais votado na votação que ocorreu, de forma ampla na sociedade, sobre as prioridades. Esse



é o programa que concentra as políticas para o desenvolvimento produtivo da agricultura familiar.

Acho também importante dizer a todos que hoje são quase 4 milhões de estabelecimentos rurais da agricultura familiar no País. Isso significa que 77% dos estabelecimentos rurais que existem no Brasil todo são da agricultura familiar, um contingente muito grande da população. São 4 milhões de estabelecimentos. É importante dizer também que 44% deles estão no CadÚnico, ou seja, estão em situação de pobreza.

Então, nós também temos que ter um conjunto de políticas para inclusão produtiva dos agricultores familiares, políticas que incluam os assentados da reforma agrária, os quilombolas, os indígenas, as mulheres rurais, a juventude rural, os povos e comunidades tradicionais de forma mais ampla. Nesse programa, vai estar todo o conjunto dos objetivos específicos que se referem às políticas de fortalecimento da produção, que é o Crédito Rural, o Garantia-Safra, a ATER, formação de agentes ATER, todo o processo de transição agroecológica, o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, o objetivo de ampliar a capacidade produtiva da agricultura familiar por meio de máquinas e implementos agrícolas, além de promover a autonomia econômica das mulheres rurais.

Nós temos um segundo programa inédito — eu acho que também precisamos reforçá-lo —, que é de abastecimento e soberania alimentar. Aqui, sim, nós vamos ter, pela primeira vez, uma política de abastecimento alimentar no nosso País. E os objetivos específicos refletem essa estratégia mais ampla de pensar o abastecimento alimentar de uma forma conectada, pensando a CONAB, a CEAGESP, a CEASAMINAS e todas as CEASAS estaduais com os estabelecimentos de abastecimento popular, como sacolões, enfim, todos esses que levam os alimentos para as nossas periferias urbanas, onde a fome assola a nossa população.

Por fim, nós temos um programa que será retomado agora, que é o Programa de Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios



Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais. Reforma agrária e titulação de quilombolas eram temas interditados no último período, e nós voltamos a falar disso de uma forma estruturada.

Dentro do PPA, nós temos os objetivos específicos de organizar políticas públicas, reestruturar o INCRA, para que possamos voltar a assentar famílias que estão em situação de pobreza, dando terra e condições para que possam produzir alimentos saudáveis para a nossa população do campo e da cidade. Ali também vai haver toda a estratégia de assentamentos de famílias, estruturação desses assentamentos, promoção do acesso aos territórios e sistemas produtivos, educação no campo e retomada do PRONERA.

Então, dentro do Plano Plurianual, no que se refere à agricultura familiar, esses são os nossos objetivos amplos. Há esses três programas e, dentro deles, objetivos específicos. Internamente, nós já estabelecemos as metas. Temos metas para cada uma dessas ações, metas que se estabelecem para os próximos 4 anos. Para alcançá-las, sem dúvida, nós vamos precisar da colaboração do Congresso para garantir um orçamento robusto para a agricultura familiar, para a reforma agrária e para a área de abastecimento alimentar.

Acho que esses eram os pontos mais relevantes para destacar aqui, Deputado Elvino Bohn Gass, no que se refere ao PPA da agricultura familiar.

Agradeço a oportunidade de dialogar aqui na Câmara.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós que agradecemos, Secretária-Executiva Fernanda. Com certeza, aqui vai ter esse acompanhamento.

Na sequência, nós vamos ouvir o Ministério da Saúde. Depois passarei a palavra para a Leany, porque esse tema de metas, indicadores e acompanhamento é uma inovação.

Eu estou acompanhando a CMO. Como os colegas Deputados sabem, há anos sempre acompanhamos isso na CMO. De fato, essa é uma dedicação especial em que nós vamos aprofundar logo à frente, com a fala da Leany.



Eu vou chamar agora, para participar de forma virtual, o Sr. Arionaldo Bomfim Rosendo, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, e a Sra. Cristiane Maria Simão Munhoz, Coordenadora-Geral de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, que representarão esse Ministério, que tem muito a ver com o desenvolvimento social.

Lembro que nós estamos no eixo do desenvolvimento social. Então, escolhemos aqui três Ministérios para aprofundar no tema. Há outros que interagem por causa dos aspectos da transfuncionalidade, que são fundamentais, mas com certeza é necessário ouvirmos o Ministério da Saúde.

Sr. Arionaldo, a palavra está com você.

O SR. ARIONALDO BOMFIM ROSENDO - Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Eu queria só verificar se todos estão nos ouvindo bem.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Estamos ouvindo bem. Esteja à vontade para usar os próximos 10 minutos.

O SR. ARIONALDO BOMFIM ROSENDO - Está certo.

Eu queria cumprimentar, na pessoa do Sr. Deputado Bohn Gass, todos os Parlamentares presentes e, na pessoa do Ministro Paulo Teixeira, cumprimentar todas as pessoas que estão representando o Poder Executivo nesta audiência pública, que trata de algo tão importante do ponto de vista nosso: o eixo do desenvolvimento social e a garantia de direitos. Quero também cumprimentar os membros dos conselhos de representação das diversas classes sociais que estão aqui também presentes conosco.

Eu vou fazer uma breve introdução e depois passar a palavra à Dra. Cristiane para fazer uma apresentação também breve, devido ao tempo estabelecido para esta audiência, sobre o PPA do Ministério da Saúde.

Já entrando na questão do PPA, quero dizer que ele é construído a partir do arcabouço legal da Constituição Federal, mas não podemos deixar de citar, no âmbito da saúde, que é de suma importância também, a construção do Plano



Nacional de Saúde, ambos instrumentos de planejamento de médio prazo, que são norteados a partir de processos de escutas municipais, estaduais, até chegarem à esfera federal.

Estou me referindo às Conferências Nacionais de Saúde, que são estabelecidas de 4 em 4 anos. Este ano aconteceu do dia 2 ao dia 5 de julho de 2023. São essas conferências que apresentam as diretrizes ao Ministério da Saúde para que sejam construídos esses instrumentos de planejamento a que eu referi, o PPA e o Plano Nacional de Saúde.

Não poderia também deixar de citar que, no PPA, utilizamos a metodologia estabelecida pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. Quero, inclusive, cumprimentar a Dra. Leany Lemos, que está aqui presente, que é a pessoa que nos orientou na construção desse instrumento.

Antes de passar a palavra para a Sra. Cristiane, queria só acrescentar algo que diz respeito à dificuldade que o Ministério da Saúde terá, por esses próximos 4 anos, para dar concretude ao Plano Plurianual e Plano Nacional de Saúde. Está previsto na Lei nº 8.080, de 1990, que é a nossa Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde, que a saúde deverá ser desenvolvida, custeada, financiada e executada por três esferas de Governo: o Município inicialmente, que é quem executa as ações de saúde; na ausência do Município, o Estado e, na ausência de ambos, a esfera federal, o Ministério da Saúde. A dificuldade à que me refiro diz respeito às metas estabelecidas no Plano Plurianual, no Plano Nacional de Saúde, em que todas elas têm que ser levadas ao conhecimento das duas outras instâncias, estaduais e municipais, através do processo tripartite, que vai, então, induzir a realizar aquilo que nós estamos prevendo nesses dois instrumentos de trabalho.

Então, não fica apenas a responsabilidade de o Ministério da Saúde realizar. O Ministério precisa convencer Estados e Municípios de que aquelas metas previstas são as mais adequadas para o enfrentamento da saúde nos próximos 4 anos a que ele se refere.



Eram essas as palavras iniciais que eu queria passar para os senhores, para dar um entendimento. Fizemos uma apresentação bastante extensa sobre o PPA, que está à disposição dos senhores nos arquivos da audiência pública, mas nós vamos restringir e apresentar um resumo da questão do PPA da Saúde, para que todos tenham uma ideia inicial do PPA da Saúde. Mas, tendo a necessidade de se ampliar esse conhecimento, todo o material estará à disposição, como eu disse, na CMO. Nós o enviamos na última sexta-feira da semana passada.

Agradeço a possibilidade de estar participando deste evento, representando o Ministério da Saúde, e já passo, então, a palavra para a Sra. Cristiane Munhoz, que é a pessoa responsável pela área de planejamento do Ministério da Saúde.

A SRA. CRISTIANE MARIA SIMÃO MUNHOZ - Exmos. Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, muito bom dia.

Eu vou ser mais objetiva e bastante breve na nossa apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu sou Coordenadora-Geral de Planejamento do Ministério da Saúde e a Coordenação-Geral do Planejamento, que, entre outras atividades, coordena o processo de elaboração do PPA, dentro do Ministério da Saúde, obviamente sob a liderança do Ministério do Planejamento e Orçamento, que conduz todo o processo de forma geral.

Nós utilizamos bastante a referência do próprio Ministério do Planejamento e Orçamento, nessa imagem que nós usamos bastante internamente aqui, trazendo a estrutura do PPA 2024-2027, dividida em duas dimensões: a dimensão estratégica e a dimensão tática. A dimensão estratégica é validada, em termos estratégicos realmente, com visão de futuro, diretrizes, eixos e objetivos, e as camadas legal e gerencial dentro da direção fática...

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Cristiane, só está aparecendo a tela inicial aqui. Eu não sei se você passou o eslaide adiante, se já está passando outros eslaides.

A SRA. CRISTIANE MARIA SIMÃO MUNHOZ - Eu já passei.



Vou voltar. Foi agora?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Não, só está o eslaide inicial: PPA 2024-2027.

A SRA. CRISTIANE MARIA SIMÃO MUNHOZ - Vou tentar compartilhar novamente para vermos se conseguimos avançar.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Você precisa compartilhar a sua tela pelo programa técnico.

Agora estamos vendo.

A SRA. CRISTIANE MARIA SIMÃO MUNHOZ - A segunda lâmina já está aparecendo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Sim. Peço que utilize os 10 minutos. Desse modo, poderá colaborar conosco.

Obrigado.

A SRA. CRISTIANE MARIA SIMÃO MUNHOZ - Então, vou ser breve.

Em termos de contextualização, essas são as principais datas do Ministério. Desde março, houve uma mobilização no dia 2, que foi coordenada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento. O Ministério da Saúde teve a sua primeira oficina no dia 26 de abril, quando definimos os programas e os objetivos dos programas. No segundo ciclo de oficinas, em junho, nós discutimos cada programa. Então, nós tivemos uma oficina por programa. Foram sete oficinas. A seguir, nós seguimos com a captação dentro do Sistema de Informações, que, é claro, são validações internas, sempre e ao mesmo tempo observando as informações e discussões feitas no âmbito do PPA Participativo, que foram os canais de participação social pela Plataforma Brasil Participativo. As plenárias, também, foram feitas nos 27 Estados, e os Fóruns Interconselhos, todas as discussões e informações feitas nesse âmbito foram refletidas no Ministério da Saúde. Além disso, nós observamos a inclusão dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, que foram todos traduzidos como entregas dentro do PPA do Ministério da Saúde.

De forma geral, eu vou falar sobre cada programa, que são sete.



O primeiro deles trata da Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde, em que trazemos objetivos e entregas voltados para medicamentos e insumos estratégicos, acesso a serviços farmacêuticos.

Temos o programa de Atenção Especializada à Saúde, que trata da oferta e do acesso a ações e serviços de atenção especializada. Trazemos a rede de urgência e emergência, o SAMU, a parte de câncer, enfim, todo o detalhamento do restante do material que nós disponibilizamos a todos.

O programa de Atenção Primária à Saúde, que traz a cobertura da estratégia de saúde da família e de saúde bucal como foco, também se traduz entre entregas, indicadores e objetivos.

Temos o programa de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde, que trata do desenvolvimento científico e tecnológico da produção, inovação e avaliação em saúde.

O programa de Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde traz a saúde digital para dentro da discussão e das metas entregues do Ministério, além de gestão estratégica do SUS, do trabalho e da educação em saúde.

No programa Saúde Indígena, temos ações e serviços de saúde e saneamento ambiental.

Por fim, temos o programa de Vigilância em Saúde e Ambiente, que tem como objetivo reduzir e controlar as doenças e agravos passíveis de prevenção e controle.

Trabalhamos com um total de 7 programas, que tratam de 39 objetivos específicos, 191 entregas, 230 indicadores e 40 medidas institucionais e normativas — todas, dentro desses 7 programas —, além de termos também 2 programas multissetoriais. Compartilhamos entregas com outros Ministérios. O programa de Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome é do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome, e o programa nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua é do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.



Era isso.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Dra. Cristiane e Dr. Arinaldo pela presença e participação, representando o Ministério da Saúde, no debate sobre o PPA e o desenvolvimento social.

Nós seguimos agora com a Sra. Leany Lemos, que tem nos acompanhado e interagido com a nossa Comissão Mista de Orçamento e na coordenação por parte do Planejamento. Exatamente o que eu estava destacando aqui era a questão dos indicadores, porque nós queremos, no próximo período, diminuir a desigualdade, tirar o Brasil do Mapa da Fome, manter o SUS atendendo as pessoas, criar de fato condições para elaborar políticas públicas que tenham metas, que tenham a cada ano recursos e que tenham um mecanismo de acompanhamento da sociedade, do Governo e do Parlamento.

Eu estou passando a palavra para a Sra. Leany Lemos para exatamente falar dessa construção que foi feita dentro do Governo.

A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Obrigada, nosso Relator, Deputado Bohn Gass, que, antes mesmo do encaminhamento da matéria para o Congresso, tem sido um grande parceiro no diálogo para que possamos ter a melhor peça de planejamento possível para o monitoramento nos próximos anos e o alcance dos objetivos que foram construídos aqui.

Eu gosto muito, Deputado, desse modelo de audiência, porque ouvimos quem realmente fez. Quero cumprimentar também a equipe — não que nossa equipe não tenha feito; fez muito. Nossa equipe está aqui presente hoje também — uma parte, aqui; uma parte, em casa. Nós coordenamos o trabalho, nós induzimos um processo, nós fazemos provocações, mas a política pública é desenhada na ponta. Com o esforço de coordenação dos 37 Ministérios e de suas vinculadas, nós fizemos 125 oficinas. Eu agradeço muito aqui à Cristiane, do Ministério da Saúde, porque ela lembrou todo um processo que foi feito desde março deste ano. Houve 125 oficinas, mais de 4,4 mil servidores envolvidos, 716 horas de oficinas, fora todo



o trabalho que foi feito internamente nos Ministérios, fora todo o trabalho, todas as reuniões bilaterais que também foram feitas entre a nossa equipe e as equipes dos Ministérios.

Então, Deputado, de um lado, esse é o resultado de um esforço do Governo no primeiro semestre que teve como foco o desenhar dessas políticas públicas para alcançar os resultados, as transformações necessárias e, de outro lado, um esforço também muito intenso, muito grande de participação.

O Deputado lembrou muito bem a presença do Ministro Márcio Macedo. Eu vejo a equipe do Ministro Márcio Macedo aqui presente. Quero cumprimentar aqui o Bira, que vai levar um abraço para o Secretário Renato Simões e para o Ministro Márcio Macedo, porque nós trabalhamos muito intensamente ao longo desses meses para que tivéssemos a peça, o PPA, com quase 800 páginas, com muito orgulho nosso e muito orgulho de muita gente na Esplanada, gente que está trabalhando para que essas transformações de fato aconteçam.

Eu não sei se a apresentação já está disponível, se ela já pode ser colocada.

Eu queria chamar a atenção de todos para alguns pontos básicos, porque eu acho importante ouvirmos aqui o que cada Ministério presente e a sociedade civil têm a dizer a respeito do tema.

(Segue-se exibição de imagens.)

Chamo a atenção de todos para alguns pontos iniciais.

Primeiro, nós temos o marco de reconstrução. Nós nos diferenciamos de outros planos, de outros planejamentos. Estamos em um processo de reconstrução do País, de retomada de políticas públicas, de aceleração de políticas públicas, de estabelecimento de prioridades, que são muito diferentes e que são uma ruptura, em certo sentido, com o que aconteceu nos últimos anos. Na capacidade de planejamento, isso é muito verdadeiro. Então, tomamos esse plano plurianual como um plano de reconstrução.

Ele também é um guia de ações do Governo para os próximos anos. Os orçamentos anuais, como dispõe a nossa Constituição, são relevantes, são



essenciais para a alocação de recursos, mas a despesa sem uma orientação, sem uma diretriz e sem clareza do que vai ser realizado não traz eficiência e não traz resultados. Então, é muito importante que tenhamos uma visão de futuro, que tenhamos diretrizes claras, valores claros, os nossos eixos, onde se apoiaram todos os programas do PPA. Os 88 programas estão vinculados a objetivos estratégicos, com indicadores-chave e metas nacionais. Isso é uma inovação desse PPA. Nós estamos trazendo uma prática adotada por mais de 18 países, que são os indicadores-chaves. São 69 indicadores-chaves na camada estratégica. A partir disso, há todo um desdobramento dos programas, com seus indicadores e metas também, até o nível gerencial de entrega.

Então, isso é muito importante. Os indicadores-chaves vão nos guiar nos próximos 4 anos e certamente nos anos posteriores, porque há alguns desafios, como, por exemplo, o desafio de emissão de gases, o das metas de descarbonização do País, que consta no Acordo de Paris, para 2050. Ainda vai ter que haver mais alguns PPAs para isso acontecer. Reforço o esforço interno e externo do que aconteceu.

Nós gostamos de olhar o PPA como uma carta de desejos, como uma transformação daqueles desejos que estão num plano de Governo, que estão nas falas do Presidente, que estão na mensagem presidencial encaminhada ao Congresso no primeiro discurso do Presidente, que estão em mais de 20 documentos de planejamento internacionais e nacionais, que estão nas entrevistas que os Ministros fizeram. O Ministro Paulo Teixeira deu entrevista falando sobre legados e os grandes gargalos e legados que ele espera deixar no seu Ministério. Então, há todo um esforço coletivo.

O PPA tem oito anexos. Apresento aqui um pouco da complexidade do trabalho. O Anexo I trata da dimensão estratégica. É a primeira vez que temos dimensão estratégica na lei. Isso é muito importante, porque nós nos ancoramos no que é mais estratégico e mais operacional, embora o que seja operacional também venha na lei.



O Anexo II trata do sumário executivo de informações macroeconômicas e fiscais. Então, toda e qualquer informação macroeconômica e fiscal, que antes ficava dispersa na peça do PPA, hoje está concentrada. Qual é o cenário macroeconômico? Quais são as metas? Quanto tem por programa? Aqui na frente há uma lâmina demonstrando o PPA. Nós estamos falando de 13,3 trilhões reais para 4 anos — e não é o Orçamento. O Orçamento ainda inclui dívida, encargos. Então, aqui é só o finalístico: 13,3 trilhões reais, sendo que 3,9 trilhões reais são de não orçamentário. Parte daquilo de que vocês estavam falando aqui, por exemplo, é crédito — crédito é não orçamentário. Nós temos, também nos anexos, o detalhamento de informações de subsídio creditício, subsídio tributário e crédito. Esse Anexo II é um sumário.

No Anexo III, nós trazemos os programas finalísticos. Trata-se do PPA clássico: toda a parte tática, em que temos os indicadores e metas de cada Ministério e também a macro-orçamentação do programa — cada programa e cada Ministério. Obviamente, no PPA, falamos sempre com relação ao programa.

Outra novidade são as transversalidades e as prioridades. Então, nós extraímos do total do que é o Plano Plurianual um extrato, um anexo que traz as prioridades, o detalhamento de objetivos, metas, indicadores das prioridades. Nós temos seis prioridades. Mais à frente vou falar um pouco delas, bem como das transversalidades, que também são formas de priorizar. Trata-se de um olhar diferente sobre temas complexos, que exigem mais do que um setorial trabalhando sobre ele. Nós trouxemos isso também. É a primeira vez que temos transversalidade na lei do PPA.

Além disso, nós temos o anexo de investimentos plurianuais e o anexo de investimento das estatais. Isso é uma inovação das estatais. Além disso, acompanha a exposição de motivos da Ministra a mensagem presidencial. Nós ficamos muito emocionados no Palácio, Deputado, porque foi muito bonito o Presidente Lula falar sobre o plano, sobre a retomada do planejamento e sobre a qualidade que os Ministérios imprimiram a essa peça, que envolveu alma e coração,



músculo e cérebro. Eles colocaram todas as suas energias para que pudéssemos ter essa trilha dos próximos anos. Há também, o que é muito importante, um relatório de participação social no PPA, construído com a Secretaria-Geral da Presidência, que fala de todo o processo de consulta e de incorporação.

A Ministra já apresentou essa lâmina. Ela traz um resumo. É uma apresentação também bem grande, com muito detalhamento, que vai ficar à disposição da Comissão. Ela diz quais são os objetivos estratégicos e quais são os eixos. Eu não vou detalhar muito, porque, além de tudo, é cansativo, mas eu acho que vale a pena vocês que estão aqui presentes ou que estão nos acompanhando pela Internet olharem, depois, essa apresentação que está no *site* da Comissão, porque ela está detalhada.

Portanto, nós temos 7 indicadores-chave nacionais e metas para explicitar a visão de futuro; 7 valores; 13 diretrizes; 3 eixos temáticos, que as audiências públicas vão atender; 35 objetivos estratégicos; 62 indicadores — por isso são 69 nessa camada estratégica —; e 88 programas, que trazem 464 objetivos com indicadores e metas.

Todo o PPA tem metas e indicadores na camada estratégica, na camada tática e também na camada gerencial, que não vêm na lei, mas ficarão disponíveis e abertos para consulta.

Nós temos 13,3 trilhões, distribuídos entre recursos orçamentários e não orçamentários, como eu disse.

Aqui temos uma previsão de futuro. Depois vocês podem olhar os gráficos.

Tivemos uma ampla participação social. Foram mais de 4 milhões de acessos; 1 milhão e 500 mil votos; mais de 1 milhão e 400 mil participantes e mais de 8 mil propostas apresentadas, das quais as 20 mais votadas por Ministério foram encaminhadas e analisadas, uma a uma, dentro de uma matriz, e o que não pôde ser incorporado foi justificado. Nós tivemos a incorporação de 76% daquilo que foi encaminhado aos Ministérios.



A visão de futuro que consta no nosso PPA é a visão de um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades. E tudo isso vai se traduzir, então, nesses programas, nesses objetivos específicos, em todas as entregas relacionadas.

Numa inovação importante, que são os indicadores-chave nacionais, trabalhamos com o sistema de banda das metas. Nós trabalhamos muito com o IPEA. Aliás, as parcerias foram muito importantes, Deputado. Nós tivemos o IPEA como nosso parceiro, especialmente na camada estratégica, nas oficinas. Também tivemos como parceiros a ENAP, o BID, o CAF, que nos apoiaram. Sozinhos não fazemos nada. Foi um esforço realmente muito grande.

E aqui estão os eixos com os principais desafios que nós temos e que são endereçados, que são tratados pelos programas. No Eixo 1 estão os temas correlatos à desigualdade social, à igualdade de direito e ao fortalecimento de direitos.

No Eixo 1, nós temos 13 objetivos estratégicos, 31 indicadores-chave e metas, 41 programas e 211 objetivos específicos, tendo, cada um deles, indicadores e metas.

Eu não vou ler os 31 indicadores-chave, mas eles tratam de insegurança alimentar, cobertura e qualidade da educação, cobertura e qualidade da saúde, transversalidades, direitos pluriétnicos, direitos das mulheres, igualdade racial, povos indígenas. Toda a parte de garantia de direitos, redução de desigualdades sociais e desenvolvimento social estão nesses objetivos estratégicos. E todos os 31 indicadores-chave e metas estão descritos com as suas bandas também. Dos 88 programas, 41 deles estão relacionados com esse primeiro eixo. Nós temos um PPA que tem um forte apelo, uma forte atuação na área social.

Para finalizar, eu gostaria de trazer aqui as agendas transversais e as prioridades, que também estão muito conectadas com o Eixo 1.



As nossas agendas transversais tratam de mulheres, crianças e adolescentes, igualdade racial, povos indígenas e agenda ambiental. Se vocês olharem o anexo de transversalidade, vocês vão ver todos os indicadores, todos os objetivos que estão relacionados a cada um desses temas.

Também, nas prioridades, alguns temas tiveram forte votação na plataforma digital, como combate à fome e redução das desigualdades, que foi a sexto; saúde, com atenção primária e atenção especializada; educação básica, que foi a nona mais votado, mas foi o tema número 1 das propostas apresentadas; o Novo PAC e a neointustrialização, que são temas de centro de Governo, que foram colocados como relevantes também pela Casa Civil, pelo centro de Governo; e combate ao desmatamento e enfrentamento de mudança climática. O enfrentamento de mudança climática foi o programa mais votado na plataforma.

Essas prioridades se comunicam muito fortemente também com o Eixo 1, principalmente combate à fome, desigualdades, educação básica e saúde.

O restante da apresentação traz exemplos de cada uma dessas agendas transversais e como elas estão espelhadas no PPA, com suas metas para os 4 anos. Criança e adolescente também é uma meta que comunica muito com esse primeiro eixo e também é uma agenda transversal. Esse material de consulta pode ficar para vocês.

No Eixo 2, vamos trazer um pouco mais de detalhamento sobre a questão climática, ambiental e neointustrialização.

Eu queria agradecer mais uma vez, Deputado, e parabenizar todos os presentes aqui que trabalharam muitíssimo para que tivéssemos um planejamento e agora o desafio da implementação dessa transformação.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Agradeço à Sra. Leany.

Já fiz referência ao Bira, que está aqui. O Renato Simões não pôde participar hoje, mas está aqui representado pela Secretaria-Geral de Governo, que, junto com o Ministério do Planejamento, coordenou este trabalho.



Já saudamos o Deputado Welter, o Deputado Túlio Gadêlha, que também está presente — obrigado.

Nós teremos mais quatro falas. Depois, nós vamos abrir a palavra para as manifestações dos nobres Parlamentares.

Na sequência, passo a palavra para o Sr. José Arimateia de Oliveira, Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social, representando o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Tem a palavra o Sr. José Arimateia de Oliveira.

O SR. JOSÉ ARIMATEIA DE OLIVEIRA - Bom dia a todas as pessoas que nos acompanham de forma virtual e presencial.

Primeiro, quero pedir desculpas por não estar aí presencialmente. Estamos cumprindo agenda aqui no Amazonas devido às questões de emergência e calamidade por que estamos passando aqui na Região Amazônica. E o Ministério também está presente dando suporte aos entes federados, aos Municípios e ao próprio Estado do Amazonas.

Quero aqui cumprimentar todos os Deputados, na pessoa do nosso requerente, o Deputado Bohn Gass. Cumprimento os nossos colegas de Ministério, e aí eu abraço a todos, a partir da nossa querida Secretária Leany Lemos. Cumprimento a sociedade civil, na pessoa da Vânia Pinto, que representa a Marcha das Margaridas, que também faz parte do processo construtivo desse instrumento de planejamento, que é o PPA.

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social deu suas contribuições essenciais para esse processo de reconstrução do nosso processo de governabilidade, de democracia; de reconstrução das características básicas do próprio Sistema Único de Assistência Social, que, nos últimos 6 anos, teve diversos problemas, diversas desconstruções a partir da ótica do desfinanciamento público, do desinvestimento público. Tivemos uma redução de mais 168% no orçamento da Política Nacional de Assistencial Social, o que nos afetou drasticamente. Como resultado inevitável, tivemos o aumento da fome, da desigualdade e a



descaracterização da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social, ainda mais com o problema de sucateamento por parte do Governo Federal nas gestões anteriores. E nós temos um papel estratégico nesse processo de reconstrução do Sistema Único de Assistência Social, porém num pilar muito maior, com a segurança alimentar, o Programa Bolsa Família, a qualificação do Cadastro Único, dos dados que estão lá à disposição da sociedade brasileira, a inclusão socioprodutiva, o cuidado com a família em suas diversas dimensões e atribuições que ali estão postas como princípios dentro do nosso Ministério.

E quero dizer que há uma estrutura macro, a partir dessa conceituação, dentro do PPA, que é esse instrumento que vai nos nortear, para que, nos próximos 4 anos, tenhamos um processo de desenvolvimento social a partir do fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social, do processo de redistribuição de renda, que é o Programa Bolsa Família, da qualificação e melhoria do Cadastro Único.

Precisamos fazer uma ressalva. Nos últimos 4 anos, o Cadastro Único teve diversos formatos, o que o fez ter uma fragilidade. Assim, estamos buscando, a partir do PROCAD-SUAS, que é um programa emergencial efetivado pelo nosso Ministro Wellington Dias e pelo nosso Secretário Nacional de Assistência Social, André Quintão, estabelecer um regramento para que possamos requalificar as informações do Cadastro Único, o processo de busca ativa, para reconhecer onde estão as fragilidades dentro dos territórios, dos Municípios. É claro que isso nos dará o apoio e o suporte necessários para que possamos retomar a requalificação do Cadastro Único, a reconstrução do Sistema Único de Assistência Social e também, como prioridade, o processo de segurança alimentar e combate à fome.

Então, esses são os pilares principais que estão elencados dentro do PPA, a partir da ótica do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. E é claro que, dentro desse efetivo planejamento, para os nossos próximos 4 anos, também temos alguns desafios prioritários.

O primeiro deles é a recomposição do orçamento. O orçamento da Política Nacional de Assistência Social, que mantém o Sistema Único de Assistência Social



funcionando, é ainda um orçamento discricionário, é totalmente diferente. Apesar de ser uma política extremamente essencial, o SUAS ainda não é uma política com orçamento obrigatório, como educação e saúde. E nós temos um déficit orçamentário de mais de 68%. No nosso último orçamento, de 2016, antes do golpe, nós tínhamos aproximadamente 4 bilhões de reais para o Sistema Único de Assistência Social. O último orçamento, de 2022, foi de 900 milhões de reais. Nós tivemos uma perda de mais de 3 bilhões de reais para a manutenção do Sistema Único de Assistência Social. Então, nós temos um grande desafio.

A perspectiva para o PLOA 2023 era de apenas 66 milhões reais, mas é claro que houve uma articulação política, e nós conseguimos chegar ao orçamento de 2 bilhões de reais no discricionário para a manutenção do Sistema Único de Assistência Social. Porém, hoje, pela necessidade e complexidade do País, em função dos retrocessos que encontramos neste Governo e dos desafios que temos para superar essas questões, precisamos minimamente de 8 bilhões de reais para a manutenção do Sistema Único de Assistência Social, que é qualificação de rede, ampliação de vagas dos atendimentos da alta e média complexidade dentro da assistência social, atendimento de acompanhamento das famílias, busca ativa para a qualificação profissional dessas pessoas que são acompanhadas pelo Sistema Único de Assistência Social. Nessa perspectiva, embora esteja no nosso planejamento, nós vamos precisar muito do Parlamento nesse processo de recomposição do nosso orçamento.

Nós temos hoje uma PEC que garante 1% da Receita Corrente Líquida para serviços e gestão do Sistema Único de Assistência Social, mas ela está parada. Ela pode entrar, a qualquer momento, em votação. A aprovação dela daria estabilidade ao processo de financiamento do Sistema Único de Assistência Social; alavancaria o processo de retomada de reconstrução desse sistema; faria com que tivéssemos conectividade com a diminuição das desigualdades sociais — esse é o nosso grande papel, nosso grande desafio para os próximos 4 anos; contribuiria para o processo de reconexão com a sociedade brasileira. Tivemos um grande problema



nos últimos anos, a falta de conectividade com a população e com os entes federados. Houve uma quebra do pacto federativo, e, a partir desse PPA e do processo de retomada de reconstrução do SUAS, começamos a nos reconectar com os entes federados na perspectiva de fortalecer esses pilares, seja da redistribuição e qualificação do Programa Bolsa Família, seja do Cadastro Único, fortalecido para acesso aos diversos programas do Governo Federal. O Cadastro Único é uma porta, uma ferramenta essencial para a qualificação de dados e o reconhecimento dos territórios da nossa população para o combate à fome — é preciso reconhecer onde estão os bolsões da fome. Então, temos essas dimensões. E é claro que isso visa a garantir proteção social para todo o território brasileiro.

Nós temos essas prioridades e também o desafio de termos um orçamento condizente com a realidade das nossas atividades e daquilo que está planejado para o nosso PPA, para conseguirmos atingir todas as metas postas. Então, são diversos os desafios, mas nós precisamos visualizar que nós passamos 6 anos de lacuna, de desconstrução das políticas públicas, de aumento da pobreza, de aumento da fome, da insegurança alimentar. Com isso, temos um desafio, que é requalificar o Sistema Único de Assistência Social, para que possa dar o maior suporte a quem realmente necessita do Sistema Único de Assistência Social e da Política Nacional de Assistência Social nas suas perspectivas e naquilo que está posto no desenho institucional para o plano plurianual do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social.

No mais, colocamo-nos à disposição, tanto o Fundo Nacional de Assistência Social como a Secretaria Nacional de Assistência Social e o próprio Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Eu fico grato pela participação nesse momento que é importantíssimo. É um momento democrático, é um momento de reafirmarmos que o MDS voltou, que a SNAS voltou e voltou para o diálogo e o pacto federativo.



O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Sr. José Arimateia. Deixo uma saudação para o nosso Ministro Wellington Dias. Obrigado pela participação.

E nós seguimos aqui registrando também a presença da Deputada Ana Pimentel, que aqui nos prestigia. Obrigado pela presença.

Passamos, imediatamente, a palavra para a Sra. Carmem Priscila Bocchi, Assessora Técnica do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA.

O nosso desejo é ouvir o Governo e a sociedade civil. Então, passo-lhe a palavra neste momento.

A SRA. CARMEM PRISCILA BOCCHI - Obrigada. Eu queria parabenizá-lo por essa iniciativa, Deputado Bohn Gass.

Cumprimento a Secretária Nacional de Planejamento, Leany Lemos; a Secretária-Executiva do MDA, Fernanda Machiaveli; os representantes dos Ministérios que estão *on-line*; e a sociedade civil, que vai participar ainda.

Quero dizer que a Presidenta do CONSEA, Elisabetta Recine, está, neste momento, numa conferência estadual na Bahia. Nós estamos em processo de conferência. Nós vamos ter a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorrerá de 11 a 14 de dezembro, aqui em Brasília. Neste momento, várias conferências estaduais estão ocorrendo em todo o Brasil. Hoje é a da Bahia. Já recebi aqui várias fotos. A Bahia é um Estado que tem muita mobilização, muita participação. Por isso, nossa Presidenta não está aqui presente.

Eu queria fazer um resgate histórico da participação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tanto na questão do orçamento quanto na questão do PPA. Eu sou especialista em Políticas Públicas de Gestão Governamental e trabalho nessa área de segurança alimentar desde 2005. Já trabalhei no CONSEA, já trabalhei na CAISAN — Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional e agora estou novamente no CONSEA. Eu sempre acompanhei e participei desse processo de como o CONSEA, a sociedade



civil do CONSEA foi incidindo... O CONSEA é composto em sua maioria pela sociedade civil: dois terços são sociedade civil; um terço, Governo. Então, desde o início do CONSEA, da reinstalação do CONSEA, em 2003, sempre houve uma preocupação muito grande em fazer propostas para o orçamento.

Eu lembro que até 2008 o PPA era um conjunto de ações orçamentárias. Está aqui o pessoal do planejamento que não vai me deixar mentir. Não tínhamos essa peça do PPA como é hoje, com metas, com esse viés de planejamento mesmo. Então, todo ano o CONSEA fazia reuniões com o Ministério do Planejamento, com os gestores das Pastas, para incidir no orçamento, em todo o processo do orçamento — começa com LDO, depois chega ao projeto de lei orçamentária.

O CONSEA tem já uma tradição de participar tanto do orçamento quanto do PPA. A ideia não era só participar, fazer propostas, incidir, mas eu acho que também é uma necessidade de enxergar a segurança alimentar e nutricional como uma política pública. Por quê? Porque ela é uma política intersetorial. Apesar de nós termos lá dentro do Ministério do Desenvolvimento Social uma Secretaria de Segurança Alimentar, ela abrange muitas outras áreas, muitas outras políticas públicas. Como ela tem essa gênese intersetorial, era preciso, então, buscar onde estavam todos esses programas.

Quando nós falamos em segurança alimentar com essa perspectiva intersetorial, nós estamos falando desde a questão do acesso aos alimentos, que se daria, principalmente, pela transferência de renda e pelo programa de alimentação escolar — no caso do Brasil, são os dois grandes principais programas de acesso aos alimentos do Brasil —, até a questão da produção de alimentos. No caso do Brasil, é a agricultura familiar que produz os alimentos que são consumidos pela população. A maioria dos alimentos é produzida pela agricultura familiar, como os próprios censos agropecuários demonstram.

Então, é preciso garantir essa produção através de políticas de crédito, como é o caso do PRONAF, da Política Nacional de ATER, que sempre é considerada uma política muito importante e com necessidade de aprimoramento.



E há também o acesso à produção na dimensão da disponibilidade de distribuição dos alimentos. Hoje temos o Programa de Aquisição de Alimentos, que tem essa finalidade, mas também tem toda a lógica do abastecimento, que é necessário ser trabalhado. Agora existe a perspectiva de termos uma política de abastecimento sendo desenhada no MDA, que chega à questão do consumo.

Hoje, no Brasil, a questão da fome e da obesidade está cada vez mais crescente. Então, é necessário haver políticas de promoção à saúde. O próprio Ministério da Saúde falou que um dos seus programas na área da alimentação e nutrição faz parte do programa de segurança alimentar.

Houve, então, nesse primeiro momento, uma incidência mais orçamentária.

Num segundo momento, quando o PPA começou a ter essa função mais de planejamento, com metas, objetivos e grandes programas, o programa de segurança alimentar — acho que foi no PPA 2008-2011 — foi um dos programas exemplares na questão da intersetorialidade. Foi o exercício anterior, na busca dessas várias ações de segurança alimentar no orçamento, que fez com que o PPA começasse o programa intersetorial. E o programa de segurança alimentar e nutricional foi um exemplo disso.

Num terceiro momento, eu queria destacar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Mesmo com o programa intersetorial, ainda há a necessidade de se ter mais abrangência.

Eu queria citar um exemplo. Foi falado que um dos programas do Ministério da Saúde é o Saúde Indígena, cujo principal objetivo é a redução da mortalidade infantil dos indígenas e também o acompanhamento nutricional. Ainda existem índices de desnutrição altíssimos entre os indígenas, e isso tem piorado. Essa também é uma questão de segurança alimentar.

Quando tivermos o Plano Nacional de Segurança Alimentar, cujo cronograma eu vou falar aqui — a ideia é fazer o monitoramento e trazer não só o programa do PPA, mas também outros programas para dentro desse plano —, ele vai dar



justamente a essência da segurança alimentar, que é abranger todos os aspectos relacionados a ela.

O que temos hoje no atual PPA? Temos o Programa 5133, que é o Programa de Segurança Alimentar, que basicamente tem as ações do MDS, do Ministério Saúde e de mais algum outro Ministério. Temos o Plano Brasil Sem Fome, que já é um exercício maior de intersetorialidade.

O que se espera, a partir do ano que vem, é a elaboração do plano. E como o plano está sendo pensado? Ele está sendo pensado para vigor no mesmo período do PPA. Todo esse processo de elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional sempre esteve muito atrelado ao PPA. Imagino que ele vá continuar dessa forma. Ele vai ser elaborado pela Câmara.

Eu queria destacar a questão da participação social. O plano vai ser elaborado a partir do ano que vem por quê? Porque teremos a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional agora no fim do ano. E um dos objetivos da conferência é justamente levantar elementos e propostas para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Então, não tínhamos como fazê-lo antes da conferência.

Eu queria falar um pouco da nossa conferência, mas, antes, quero falar do PPA Participativo, que já foi destacado aqui. Eu acho que esse é um importante exercício de participação social, que é a participação digital, vamos dizer assim. Junto com o Fórum Interconselhos, acho que isso, de fato, deu uma nova cara para o PPA. O PPA deixou de ser aquele instrumento feito só nos gabinetes e foi compartilhado com a sociedade, que pôde fazer propostas. Havia propostas de vários tipos. Acho que isso mostra a necessidade de as pessoas também participarem e é superválido. Foi muito interessante esse processo, assim como todo o trabalho de acolhimento dessas propostas.

Para a Conferência Nacional, nós estamos usando a mesma plataforma utilizada pelo Brasil Participativo, que é a plataforma Brasil Participativo — se eu não me engano, é esse o nome dela. Vamos utilizar essa plataforma para fazer toda



a interação com as conferências estaduais que vão ocorrer. Já tivemos a conferência no Estado de São Paulo. Nesta semana, acho que vamos ter cinco ou seis. Na semana que vem, acho que vamos ter umas dez conferências. Todos os Estados do Brasil estão fazendo suas conferências.

Nós percebemos também que houve um grande processo de mobilização nos Municípios. Houve muitas conferências municipais, muito mais do que antes. Acho que isso mostra um pouco a necessidade de as pessoas participarem e colocarem suas propostas, com o próprio processo de consolidação do nosso Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — SISAN, que prevê, na sua governança, que haja conselhos municipais de segurança alimentar, câmaras e todo um sistema de governança da segurança alimentar no âmbito local.

Então, nós temos as conferências nacionais e também as conferências livres. As conferências livres foram um exercício feito na conferência de saúde que ocorreu agora em junho. São conferências autogestionadas, organizadas pela sociedade civil e que podem tanto eleger delegados quanto fazer propostas para a Conferência Nacional. Nós temos 23 conferências livres, cujos processos foram inscritos e que têm todos os tipos de tema.

A sigla SAN significa Segurança Alimentar Nutricional. Temos SAN das mudanças climáticas; temos SAN da população negra e das comunidades tradicionais; temos SAN das cidades. Há vários projetos de SAN, e tudo isso está muito rico. Quem quiser pode acompanhar pelo Instagram da Secretaria-Geral da Presidência ou pela nossa plataforma do Brasil Participativo. Então, todas essas informações das conferências livres e das conferências estaduais, também das datas, estão disponíveis nessas duas ferramentas.

A conferência está baseada em três eixos. Um eixo é dos macrodesafios relacionados à segurança alimentar e nutricional, ou seja, a grande pergunta é: por que ainda existem no Brasil fome e insegurança alimentar? Quais são as causas disso? Como combater essas causas? Eu acho que esses são os macrodesafios da segurança alimentar e nutricional. Temos também um eixo que vai tratar das



políticas de segurança alimentar e das propostas para as políticas, desde o acesso e a produção até a disponibilização e o consumo dos alimentos, e também vai tratar do fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional — SISAN. O terceiro eixo vai tratar da participação social. Quais são os principais desafios? Como garantir a participação social, nesse processo de construção do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional?

Então, eu acho que era isso, Deputado.

Muito obrigada pelo convite para participar da audiência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Carmem, ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA, o nosso agradecimento, pela transversalidade.

Eu preciso fazer um registro aqui. Desde o início do Fome Zero, no CONSEA havia uma pessoa que sempre foi muito atuante: o Dom Mauro Morelli. Ele faleceu nesta semana.

Ele dizia, Carmem, uma frase. Um dia ele disse assim: *"Bohn Gass, não basta termos a segurança alimentar. Ela precisa ser nutricional!"* Ele falava esse "nutricional" com um peso muito grande.

Então, eu quero parabenizar o CONSEA e todos os seus integrantes.

A Fernanda precisa se retirar agora para participar de uma atividade para qual ela foi chamada imediatamente lá no Ministério.

Se quiser fazer, em 1 minuto, algum comentário final, eu lhe passo a palavra.

Depois passaremos a palavra para a Vânia Marques Pinto, Secretária de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, representando a Marcha das Margaridas.

A SRA. FERNANDA MACHIAVELI MORÃO DE OLIVEIRA - Quero só justificar minha saída, porque estamos recebendo o Acampamento da Juventude da Via Campesina, que está hospedado no Ginásio Nilson Nelson.



Eles fizeram agora a marcha e chegaram ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar — MDA. Eles estão esperando ser recebidos pelo corpo de Secretários. Então, estamos sendo convocados para fazer esse acolhimento da juventude rural.

Ontem, no evento do Programa de Aquisição de Alimentos — PAA, não só houve o anúncio do Governo Federal — eu acho que é importante todos os Parlamentares saberem disto — de que mais 250 milhões de reais foram destinados para o PAA, como também assinamos os primeiros contratos de Fomento Jovem, para essa juventude assentada da reforma agrária, que agora passa a ter o seu próprio crédito para produzir alimentos, para seguir e fazer a sucessão rural.

Então, nós vamos lá para participar desse almoço com a juventude, e eu peço, por isso, licença para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Agradecemos, Fernanda, a presença aqui. Com certeza, teremos novos debates pela frente.

Temos mais duas falas.

Eu passo a palavra à Sra. Vânia Marques Pinto, Secretária de Política Agrícola da CONTAG, representando aqui a Marcha das Margaridas.

Neste momento Vânia está com a palavra.

A SRA. VÂNIA MARQUES PINTO - Muito obrigada, Deputado Bohn Gass.

Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar todas as pessoas que estão acompanhando, virtual ou presencialmente, esta importante audiência. Eu estou em atividade de campo. Estou na minha terra, na Bahia. Por isso não pude estar presente com vocês. Então, já justifico estar participando virtualmente.

Quero parabenizá-lo, Deputado Bohn Gass, pela iniciativa de realizar este importante debate nesta Comissão. Nós estamos agora em um momento de reconstrução do nosso Brasil.

Eu vou aqui falar, enquanto Marcha das Margaridas, das vozes das mulheres do campo, que estão organizadas no Sistema CONTAG, com seus sindicatos,



federações e a nossa CONTAG, mas também falo da voz de várias mulheres que compõem os movimentos que são parceiros da nossa Marcha das Margaridas, para falar dessa proposta de PPA, para tratar do desenvolvimento social e da garantia dos nossos direitos.

Quando falamos em desenvolvimento, é fundamental também entender que não há como falar em desenvolver sem envolver. E essa iniciativa de fazer um PPA participativo é a possibilidade que tivemos de envolver toda a sociedade. É muito positivo vermos isso em um Governo que é democrático. Então, esse PPA participativo ouviu as várias vozes da nossa população, organizada ou não organizada, em organizações da sociedade civil, inclusive através das plataformas.

Passaremos por esses momentos, como já vimos falando, para a instituição de um plano plurianual para o período de 2024 até 2027. Essa iniciativa é pensar o agora, mas também olhar para o futuro, olhar para o amanhã, olhar para aquilo que temos de perspectiva. E não podemos falar em planejamento e desenvolvimento se dissermos que o Brasil ainda tem fome. Então, acabar com a fome no País tem que ser essa pauta central. E também não há como falar em acabar com a fome do País se não falarmos na reforma agrária, que é estruturante.

Quando nós estávamos participando de um dos encontros para poder discutir o PPA, nos interconselhos, colocávamos isso como pauta. Nós da CONTAG e da Marcha das Margaridas dizemos que a reforma agrária deve ter essa centralidade. Então, para se poder falar em acabar com a fome, tem que se falar de reforma agrária, tem que se falar da desapropriação do latifúndio, da desconcentração de terras e também da desconcentração de renda, para poder haver o fortalecimento da agricultura familiar.

Para se poder falar em acabar com a fome, também tem que se fortalecer a agricultura familiar, que é quem produz comida no nosso País. Sabemos que 23% das áreas que são ocupadas pela agricultura familiar correspondem a 3,9 milhões de estabelecimentos, que são responsáveis por 23% do valor bruto da nossa



produção agropecuária e também por 67% das ocupações no campo. Então, esses dados nos mostram a importância da agricultura familiar.

Quando olhamos para a quantidade de terras que nós ocupamos, percebemos que elas são muito pequenas, mas a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e das brasileiras. Então, esses dados nos mostram a importância da agricultura familiar para a população brasileira.

Temos dados do Censo de 2017 — infelizmente, nós não temos dados tão atualizados —, que mostram que, em 2017, já havia mais de 2 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar com menos de 10 hectares. Isso equivale a 53% dos estabelecimentos da agricultura familiar e 41% do total desses estabelecimentos.

Nós, da agricultura familiar, que estamos com menos de 10 hectares, representamos 8% da área total ocupada e 2% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários em todo o Brasil. Então, ainda temos essa deficiência no que diz respeito à terra, à distribuição de terra, à distribuição de renda no nosso País. O PPA precisa olhar para esse lugar e propor ações estruturantes.

Quando trazemos aqui a pauta da nossa Marcha das Margaridas, que, em seu Eixo 7, trata da democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e maréitorios, nós estamos dizendo que é necessário elaborar um novo plano nacional de reforma agrária, com definição de metas, com prazos, garantir a regularização fundiária da agricultura familiar, a democratização e titulação de territórios quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, a atualização dos índices de produtividade, priorizar as mulheres como beneficiárias dos programas de reforma agrária — porque sabemos a importância de nós, mulheres, na agricultura familiar — e, sobretudo, reestruturar e fortalecer a estrutura, para garantir recursos, com especial atenção à recomposição do nosso INCRA.

Nós temos um INCRA que está fragilizado. Conseguimos perceber isso quando Lula assume o Governo, quando vamos reorganizar todo o processo do



nosso Brasil e vemos como estão fragilizados os escritórios do nosso INCRA. Então, é preciso ter recursos financeiros. E o PPA precisa olhar também para esse lugar, para poder garantir, no processo de seleção das ocupações das parcelas de reforma agrária, pontuações específicas para as mulheres, olhando para a questão da violência doméstica, para as mulheres transgênero, para as mulheres assalariadas rurais, que estão na informalidade.

Então, esses e vários outros pontos estão na nossa pauta da Marcha das Margaridas. E nós não podemos falar em acabar com a fome, sem falar da inclusão produtiva. A inclusão produtiva, para nós da CONTAG, é fundamental. Ela está na nossa pauta da Marcha e também esteve na nossa pauta do Grito da Terra Brasil, porque compreendemos que temos hoje 1,7 milhão de famílias que produzem apenas para o autoconsumo e comercializam o excedente. Então, é necessário que consigamos incluir essas famílias, fazendo a inclusão produtiva. Com isso, conseqüentemente, vamos ter aumento da produção de alimentos. E não é qualquer alimento: é alimento saudável que vai chegar à mesa dos brasileiros e das brasileiras.

Eu ouvi atentamente a fala do Ministro quando ele falava em relação à assistência técnica e extensão rural. Para poder haver inclusão produtiva, tem que haver assistência técnica, tem que haver extensão rural. Em 2017, 82% das nossas famílias não recebiam nenhum tipo de assistência técnica, menos de um terço das nossas famílias não conseguiam acessar o PRONAF. Então, vemos com bons olhos as iniciativas, mas é preciso ter dinheiro, ter recursos, ter orçamento para poder garantir que as questões que estão na nossa pauta sejam atendidas.

Deve-se também dialogar com a autonomia econômica e a inclusão produtiva, com trabalho e renda, implementando o projeto de fomento chamado Casa, Terreiro e Quintal. Vimos que uma das medidas que foi anunciada durante a Marcha foi o Programa Quintais Produtivos, mas nós da CONTAG compreendemos que o campo é um lugar de vida e que não podemos falar apenas de negócio, temos que falar de



produção e falar de bem-estar. Isso está relacionado com a questão da saúde, da alimentação e também da moradia.

Então, nós propusemos o projeto de fomento Casa, Terreiro e Quintal, tendo essa perspectiva do ATER agroecológico e feminista, para poder reconhecer a produção das mulheres para além dos quintais produtivos, compreendendo também que essa habitação deve ter uma cisterna para garantir o abastecimento de água para consumo, energia solar, acesso à eletrificação, quintais que sejam produtivos, a fim de garantir a soberania alimentar com a produção agroecológica e pecuária de pequeno porte, como galinhas, porcos e peixes.

Então, todo esse sistema integrado — eu não tenho tempo para poder detalhar isso aqui — faz parte da nossa pauta, porque considera o campo como esse lugar de vida. E para podermos produzir alimentos para alimentar o mundo, nós temos que ter todas as condições e todas as políticas públicas necessárias para a permanência no campo, que vão desde a educação no campo até à agroindústria familiar. Eu estou citando isso porque também ouvi aqui dizerem que tem que haver tecnologia no campo, Internet para o jovem permanecer. Tem que haver isso sim, mas também precisa haver autonomia financeira.

Entre 2012 e 2020, cerca de 769 mil jovens saíram do campo. Esse dado é muito alarmante. Nós temos que trabalhar a garantia da permanência, para que os nossos jovens queiram permanecer no campo. Então, a educação no campo é fundamental, e eu tenho certeza de que também está pautada dentro do nosso PPA.

Então, não basta ter crédito. Nós temos que ter assistência técnica, temos que ter orçamento para agregar esse valor. E eu tenho certeza de que esta Comissão também vai discutir a questão da industrialização. É preciso destacar que as famílias podem ter condição de beneficiar os seus produtos e acessar os mercados.

Eu sei que o meu tempo aqui está se esgotando, mas eu não poderia deixar de citar programas importantes, como o PAA e o PNAE, e o fortalecimento das feiras, não apenas feiras da agricultura familiar, mas também das feiras de um modo geral, que são as cadeias médias e curtas, para que a agricultura familiar possa



escoar a sua produção e para que esse produto chegue com qualidade à mesa dos brasileiros e das brasileiras.

Orçamento eu acredito que é a palavra fundamental para que tenhamos infraestrutura para armazenar os alimentos, para que tenhamos políticas estruturantes, para garantir seguro, para garantir também essa produção agroecológica, produção com resiliência às mudanças climáticas por que estamos passando agora, nesse momento em que o planeta está gritando. Nós precisamos olhar para as condições ambientais. E sendo esse um dos primeiros pontos mais votados no nosso PPA, eu tenho certeza de que é preciso fazer toda essa articulação, para que consigamos produzir, olhando para toda essa nossa realidade, e para que a agricultura familiar brasileira, que hoje está em oitavo lugar na produção de alimentos no mundo, possa ser a primeira. Isso é possível, desde que tenhamos políticas públicas estruturantes.

Então, eu quero aqui agradecer imensamente pela oportunidade de participar deste importante momento e dizer que nós, da CONTAG, da Marcha das Margaridas, seguiremos aqui pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós é que agradecemos, Vânia, a sua participação.

Quero parabenizá-la também pela Marcha, que é uma mobilização tão forte que foi feita e faz parte desse ambiente de mobilização social para garantirmos um Brasil com desenvolvimento social realmente sustentável.

Passaremos agora à última inscrição aqui da nossa lista. Na verdade, esta audiência pública virou um grande seminário, com uma participação tão diversa.

Convidamos o Getúlio Vargas de Moura Júnior, que é do Conselho Nacional da Saúde, para falar pela sociedade civil.

O SR. GETÚLIO VARGAS DE MOURA JÚNIOR - Bom dia, Deputado Elvino Bohn Gass. Ao cumprimentá-lo, eu cumprimento todos os Parlamentares presentes



nesta audiência pública, assim como os representantes dos Ministérios e os da sociedade civil.

Antes de mais nada, eu gostaria só de fazer a referência de que hoje é dia 17 de outubro. Ontem, dia 16 de outubro, fez 40 anos a União das Associações de Moradores de Porto Alegre, uma das filiadadas da CONAM, entidade que eu presido. O primeiro Presidente da UAMPA foi Waldir Bohn Gass, seu irmão. Então, receba um abraço, Deputado Elvino Bohn Gass, lembrando essa luta histórica do Waldir Bohn Gass no movimento comunitário de Porto Alegre. Waldir Bohn Gass está hoje no Conselho de Saúde representando a própria UAMPA, a nossa União das Associações de Moradores de Porto Alegre.

Feito esse registo, Deputado, é muito bom saber que o Brasil voltou. O Brasil voltou com participação, controle e debate com a sociedade. E o Conselho Nacional de Saúde, já tendo como tema *Amanhã vai ser outro dia*, já antecipando que a democracia iria voltar ao Brasil, tendo essa esperança, marcou para julho desse ano a nossa 17ª Conferência Nacional de Saúde.

Vimos, nos últimos 2 anos, fazendo um imenso debate e construção coletiva com amplos setores da sociedade. Mais de 2 milhões de brasileiros foram mobilizados nesse processo. O resultado desse processo é que a conferência aconteceu entre os dias 2 e 5 de julho e, no dia 20 de julho, depois de um amplo debate dentro do Conselho, com a comissão de relatoria e as comissões afins, conseguimos aprovar a Resolução nº 715, de 2023, por unanimidade, ou seja, os votos da sociedade civil e do Governo foram juntos apontar as diretrizes a partir da 17ª Conferência Nacional de Saúde para o PPA.

A maioria dessas diretrizes se encontram hoje contempladas no texto que o Ministério da Saúde encaminhou ao Ministério do Planejamento e à Secretaria-Geral da Presidência, nesse bonito processo que dialogou com diversos conselhos, inclusive com o recém-construído Conselho da Participação Social, e houve o Fórum Interconselhos, ou seja, várias ferramentas e espaços de construção coletiva desse processo. Então, mais de 2 milhões de brasileiros fizeram apontamentos. E



dentro do processo de PPA, a maioria das primeiras propostas votadas eram pautas ligadas à saúde. Isso, para nós, é muito rico, porque faz o *link* real da luta e da demanda do povo com o programa escolhido nas urnas pelo povo brasileiro em 2022, o programa que reafirma a democracia, a participação, a vida em detrimento da morte.

Então, é importante que consigamos transformar toda essa pauta mudancista das urnas de 2022, da luta do povo que acumulou na resistência nesse último período, com as ações do Governo. Sabemos que as correlações de força nem sempre são favoráveis, mas o fato é que o papel da sociedade é de reforço. Então, nós temos amplos desafios para garantir o financiamento adequado da saúde, mas também do conjunto das políticas sociais.

Cabe destacar, Deputado Elvino, que só a Emenda Constitucional nº 95 tirou do SUS, no mínimo, 72 bilhões de reais. Se formos considerar que a saúde é transversal, 33 milhões de brasileiros estão passando fome.

A falta de investimento em saneamento, entre outros exemplos que eu poderia dar aqui, direta ou indiretamente tem um impacto muito forte dentro da saúde. O SUS sempre fez muito com muito pouco. Se fizermos uma linha histórica a partir de 1990, quando vem a Lei do SUS, ou a partir de 1988, da Constituição, até 2015, veremos que houve um processo de subfinanciamento, ou seja, os recursos do SUS nunca foram suficientes para dar conta de todas as demandas, de tudo aquilo que está previsto na Constituição e que o povo brasileiro merece: uma saúde de qualidade, pública e universal. De 2016 para cá — o maior exemplo é a EC 95, mas houve outras desestruturações também, e, ainda, não por acaso ela coincide com a ruptura democrática que tivemos no País —, até 2022, houve um processo de desfinanciamento, ou seja, aquele recurso que era insuficiente para a saúde foi desidratado, retirou-se de onde ele já era insuficiente.

O que acontece em 2023 — começa com a PEC da Transição e se reafirma neste PPA, e esperamos que se reafirme nas leis orçamentárias — ainda não é aquilo que o movimento sanitário sempre defendeu, mas pelo menos é o



restabelecimento dos patamares anteriores a 2016, que são, no mínimo, 15% da receita corrente líquida para o financiamento adequado à saúde. Nós não podemos admitir retrocessos nesse processo.

Então, o PPA dá o tom para o conjunto das outras leis orçamentárias — para as LDOs, para as LOAS, para o Plano Nacional de Saúde, para a Programação Anual de Saúde —, ou seja, o PPA dá o tom para as outras construções que vêm pela frente.

O Conselho Nacional de Saúde entende que o caminho é a democracia — a participação e a construção coletiva. O PPA Participativo é uma experiência inovadora, enriquecedora, e entendemos que ele deve ser desdobrado com experiências de orçamento participativo, de construção coletiva. Enfim, o PPA Participativo tem que ser a porta de entrada da sociedade brasileira na construção das leis orçamentárias.

Quero também fazer um destaque, Deputado Elvino, saudando esta audiência pública, porque, infelizmente, nos últimos anos, na elaboração tanto das leis de diretrizes quanto das leis orçamentárias, não houve espaço de diálogo entre o Parlamento e a sociedade brasileira, entre os governos e a sociedade brasileira. As peças orçamentárias foram votadas sem a participação coletiva. Inúmeras vezes, o Conselho Nacional de Saúde, a Coalizão Direitos Valem Mais, da qual o Conselho faz parte, entre outras iniciativas, tentaram estabelecer diálogos com o Congresso no sentido de incidir nas peças, nas leis orçamentárias, e não houve audiências públicas, não houve uma interlocução. Fora algumas bancadas, naquele momento, de oposição e minoria que dialogaram e que levaram as nossas pautas, não houve um acolhimento do Congresso Nacional para a pauta da participação.

Esperamos que essa prática de ouvir, de dialogar, de construir coletivamente seja a prática de todas as leis orçamentárias, não só para a construção do PPA. É importante que não só o Governo, mas também o Parlamento dialoguem com a sociedade, com os movimentos, com os Conselhos, enfim, com a sociedade organizada, procurem estabelecer não apenas políticas de Governo, mas também



políticas de Estado, garantindo o controle e a participação social. Sem povo, não há democracia.

Por fim, quero destacar, até pelo adiantado da hora, que o Presidente Lula esteve na 17ª Conferência Nacional de Saúde, no último dia da conferência, e a fala dele foi muito saudada. O Presidente Lula destacou, ali, entre outras questões, a importância de garantir o financiamento adequado da saúde no próximo período. Eu acredito que esta proposta de PPA é um instrumento inicial para que possamos construir isso no próximo período. Hoje não temos mais a EC 95 e sim o arcabouço fiscal — o arcabouço não é o arcabouço que nós queremos —, e só o fato de ele não ser um dispositivo constitucional, por si só, já é uma proposta muito mais avançada.

Entendemos que não pode haver retrocesso na saúde e nas políticas sociais, e não haver o financiamento adequado das políticas sociais sobrecarrega a saúde. Não haverá o financiamento adequado à saúde se não houver o financiamento adequado ao conjunto dessas políticas, em especial a uma das obsessões do Presidente Lula, como tem destacado nesse último período, que é o combate à fome. O direito à saúde e o combate à fome andam juntos, são fundamentais para garantir cidadania e dignidade para o povo brasileiro.

Parabéns ao Congresso pelo processo coletivo de construção do PPA! Esperamos que ele rapidamente seja aprovado e sirva de diretriz para a aprovação das demais leis orçamentárias, com diálogo, participação e construção coletiva.

O "*Amanhã vai ser outro dia*" já começa hoje, porque o Brasil voltou.

Parabéns, Deputado Elvino, e ao Congresso Nacional, por esta audiência!
(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Getúlio. Eu quero também lhe agradecer a referência que fez ao nosso querido irmão. Waldir Bohn Gass é militante nessa área dos Conselhos.

Bira, vocês o conhecem bem.



Quero fazer esta referência, que eu já tinha feito; o Bira é militante em Porto Alegre da mobilização.

O SR. GETÚLIO VARGAS DE MOURA JÚNIOR - Grande amigo Bira!

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Saúdo o Motta também, aqui presente, pelo GHC, de Porto Alegre também, que participa dos debates e da busca de recursos efetivos para o nosso GHC.

Eu quero agradecer a todos os que participaram do nosso painel. Nós tivemos já a fala do Senador Beto Faro, aqui, hoje de manhã, que precisou ir a uma reunião da CPI.

Franqueio agora a palavra ao querido colega Deputado Welter, do nosso Paraná. Depois ouviremos o nosso Deputado Túlio Gadêlha.

V.Exa. está com a palavra.

O SR. WELTER (Bloco/PT - PR) - Estou muito feliz de estar aqui, Deputado Bohn Gass, Relator do PPA, pelos conceitos desse instrumento de planejamento e desenvolvimento de políticas públicas, que foram passados por todos os que aqui falaram. Certamente, essas diretrizes, essas linhas que vão nortear os gastos públicos nos próximos 4 anos tirarão o Brasil do *Mapa da Fome*.

Essas articulações envolvem — eu sou ligado à agricultura — o Fome Zero, a compra direta de alimentos aos mercados públicos, que vão se ampliar, a extensão rural, que precisa ser ampliada. Hoje de manhã, eu participei de um evento com a ASBRAER. Nós temos que fomentar realmente a produção de alimentos de qualidade para garantir saúde.

Ressalto a questão nutricional. E V.Exa. mesmo citou, Deputado Bohn Gass, o que o finado Dom Mauro Morelli falava. De fato, eu, que já fui conselheiro de saúde, Vereador, Deputado Estadual e agora sou Deputado Federal, não tenho dúvida de que o Brasil, nesses conceitos de planejamento do gasto público, está inspirado nas pessoas que ganharam o Prêmio Nobel de Economia e de desenvolvimento. Amartya Sen dizia que temos que investir dinheiro no trabalhador, no povo. Esses gastos dos programas e essas metas vão garantir isso. Nós vamos



novamente sair do *Mapa da Fome*. Nós vamos novamente fortalecer o SUS. Nós vamos novamente fortalecer as políticas públicas de inclusão social na política da assistência, e as classes vão ser elevadas. O IBGE vai mostrar isso em breve. Não tenho dúvida disso — eu espero. Aí que está o grande desafio.

Quanto à economia, o Banco Mundial já sinalizou um aumento de 3,1%. Então, se o Brasil crescer, melhora a economia e aumenta o orçamento de cada programa e de cada meta.

Presidente Bohn Gass, V.Exa. é o Relator do PPA, eu estou orgulhoso do que eu ouvi e vi aqui, com a participação da sociedade civil. A democracia é retomada com essa discussão ampla com a sociedade organizada, este Parlamento se enaltece e também cresce com essa discussão.

Então, viva a volta da discussão participativa do PPA! Viva a volta da discussão de programas e de projetos juntamente com a sociedade civil organizada! E aí eu espero que as políticas realmente cheguem lá na ponta. Por onde passo, vejo que as pessoas que mais precisam estão mais desorganizadas. Então, é preciso fazer uma busca ativa. Este é o grande desafio: a busca ativa da política da assistência, da política de saúde, para podermos cuidar mais das pessoas que mais precisam. Quanto mais o povo estiver organizado, mais demanda chegará aos gabinetes dos Deputados. Quando desorganizados, eles não vêm aqui pedir emenda. Nós temos que tentar assisti-los com os programas que vão incluí-los. E nós temos que fazer necessariamente a busca ativa para diminuirmos a desigualdade, a miséria e a fome, para fazermos a verdadeira inclusão social, que é o maior sentimento de amor que podemos praticar na vida pública.

Muito obrigado. Parabéns, nobre Relator!

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu que lhe agradeço. O Deputado Welter é destaque aqui também por sua atuação em várias pautas, assim como nesta, que é muito importante. Quero agradecer sua presença e participação aqui.



Quero registrar a presença do Deputado Mauro Benevides Filho, que atua também muito nessas questões tributárias e nesta Comissão.

Tem a palavra o Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE) - Agradeço, Presidente, por me conceder a palavra e pela condução dos trabalhos. Parabenizo cada convidado pela exposição, pelas falas, com muita clareza, com muita precisão. Parabenizo o Getúlio, que participou virtualmente conosco e que nos trouxe uma informação muito importante. O nome de V.Exa., Deputado Bohn Gass, é Elvino. Eu convivo há 5 anos com V.Exa. e não sabia que se chamava Elvino. Sempre o chamei de Deputado Bohn Gass, que, provavelmente, deve ser o sobrenome.

Já parabenizo todos e todas. Vejo muitos servidores da Casa e muitos servidores do Governo Federal aqui presentes.

Eu gostaria apenas, Presidente Bohn Gass, de reforçar que nós vivemos, nesses últimos 4 anos, um período de autoritarismo exacerbado, em que tivemos um Governo que centralizou as decisões e afastou a sociedade desse processo de participação de suas prioridades. E o Governo Lula tem feito o contrário. O Governo Lula tem tratado a democracia de maneira participativa. E é a democracia participativa a vacina para o autoritarismo. É isso que nós temos percebido quando ele chama a sociedade para participar, opinar, dizer quais são suas prioridades. E o que nós vimos aqui foi muito bonito e necessário para a democracia no Brasil, para recuperarmos a participação popular, o fortalecimento dos conselhos, das conferências, onde as pessoas possam dizer do que elas precisam e ajudar na gestão pública.

Eu, colegas, não sei se vocês sabem, destino, há 4 anos, 100% das minhas emendas Parlamentares através das emendas participativas — nós chamamos assim. Nós oferecemos à população a consulta popular sobre os projetos prioritários para aquela cidade, aquele bairro, para o Estado como um todo. Todos os anos, mais de 300 projetos são inscritos e mais de 200 mil pernambucanos participam, opinam e votam nos projetos.



É isso que o Presidente está fazendo, só que no âmbito nacional, e conseguiu números muito interessantes para o para o Brasil: mais de 1 milhão e 500 mil pessoas votando, mais de 4 milhões de acessos ao *site* do Governo. Isso é participação. E eu digo, Deputado Bohn Gass, que esse número tende a crescer à medida que isso se popularizar e as pessoas passarem discutir mais suas prioridades.

Eu ouvi aqui falas interessantes e necessárias, até porque isso saiu do processo da democracia participativa, saiu do processo da escuta, da construção do Plano Plurianual, acerca do combate ao desmatamento, do enfrentamento das emergências climáticas, dos programas para a saúde indígena, dos programas de combate à fome e para o fomento das cozinhas solidárias. Mas eu senti falta de três pontos de que nós tratamos muito aqui no Congresso. Não vimos a destinação de orçamento para políticas para migrantes e refugiados que estão no Brasil; para políticas de combate ao trabalho infantil, que aumentou muito nesse período de pandemia, e muitas crianças saíram das escolas, resultando numa evasão escolar altíssima, e precisamos desenvolver programas para combater o trabalho infantil; e para programas — o Deputado Bohn Gass sabe muito bem disso, pois nossa militância atua em conjunto — de combate ao trabalho escravo e ao trabalho análogo à escravidão.

Então, gostaria perguntar aos expositores e aos convidados onde podemos encontrar esses programas para trabalharmos o orçamento de uma maneira mais ampla.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu que agradeço, Deputado Túlio Gadêlha.

Antes de passar a palavra para o Deputado Mauro Benevides Filho, já quero fazer um encaminhamento acerca do qual, nas considerações finais, eu vou pedir para a Leany fazer um comentário.



Hoje estamos falando de desenvolvimento social e o próximo debate será sobre desenvolvimento econômico, com geração de renda, trabalho e emprego. Será no dia 24, pela parte da manhã. Eu já convido vocês. Depois, na outra semana, será sobre democracia e soberania.

Portanto, são três seminários de aprofundamento sobre o eixo social, o econômico e o de geração de renda e trabalho. Dentro deste, nós vamos ter inclusive a representação de centrais sindicais, Deputado Túlio Gadêlha, onde nós vamos aprofundar essa parte sobre o trabalho, sobre uma neointustrialização, empregos mais qualificados, todo aquele debate.

Eu preciso registrar que o Deputado Túlio Gadêlha, na Comissão de Trabalho, tem sido um timoneiro nesse debate específico contra o trabalho escravo. Fizemos uma subcomissão conjunta, com sua sugestão, da qual eu sou honrosamente o Relator. E nós faremos ainda neste ano um seminário específico, convidando o Governo, a sociedade civil e o setor do Judiciário, sobre essa temática específica.

Então, Leany, a incorporação desse tema, para nós, é pauta importante. Eu quero só reforçar isso. O tema trabalho infantil e imigrantes eu vou deixar para V.Exa. comentar.

Com a palavra o Deputado Mauro Benevides Filho, por favor.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a oportunidade de debater este assunto com brilhantes Parlamentares que aqui estão sempre participando desses debates.

Quero agradecer também aos expositores. Quero abraçar, em especial, a Dra. Leany, que eu tive o privilégio de conhecer de outros trabalhos que ela fez pelo Estado do Rio Grande do Sul e por outros Estados. É importante a participação dela na estrutura do planejamento que o Brasil está vivenciando.

Infelizmente, eu tenho um viés, por formação, muito específico. Eu acho que discutir políticas públicas e políticas sociais é muito relevante, mas é preciso que se tenha o dinheiro para executar. Senão, vai ficar sempre na boa vontade: "*Vamos*



fazer isso, vamos fazer para crianças assim assado, vamos prestigiar o autismo".
O.k. Tudo bem.

O Brasil tem um Orçamento de 5,5 trilhões de reais, sendo 150 bilhões de reais de investimento de estatais. Portanto, o Orçamento da União é de 5,3 trilhões de reais. Mais da metade desse montante é para cobrir despesa financeira, e o diferencial, para despesa primária. Da despesa primária, vamos ter 211 bilhões de reais de despesa discricionária, e todo o resto é despesa obrigatória, não há como mudar. Então, nós estamos tratando aqui, no Orçamento da União, de 211 bilhões de reais de despesas discricionárias. Desses 211 bilhões, 69 bilhões de reais, em tese, eram para ser de investimento. O arcabouço diz que nós temos que ter 0,6% do PIB em investimento.

Quando vamos ler, vemos que — eu já disse isso para a Ministra. Ela sabe do que eu estou falando; não há nada escondido — esse 0,6% para investimento, Deputado Túlio Gadêlha, é *fake*. Esse 0,6% é para fazer a LOA, não é para executar o Orçamento. Se eu quiser executar zero de investimento, eu posso executar zero de investimento. Então, criou-se uma história de que há um piso para investimento, quando, na realidade, esse piso é só para eu confeccionar a lei orçamentária.

Eu fiz uma emenda ao arcabouço, e nós vamos votar depois dos vetos. Um deles foi exatamente... Eu interpreto, Presidente, Leany e nossa outra nossa expositora que também está aqui, que o maior erro do teto de gastos foi que o investimento foi a variável de ajuste do Governo Federal. Nós vamos no mesmo erro. Esse Governo está indo no mesmo erro. E olhem que eu tenho votado tudo com o Governo, V.Exa. sabe, e tenho feito até defesas mais técnicas, específicas, e tudo. É a mesma coisa! Não mudou nada.

Fiz, então, uma emenda dizendo que o investimento era para ser preservado. Fui procurado, e me sensibilizaram: "*Nós podemos ter que cortar alguma coisa*". Aí a emenda foi assim, Leany: se vai cortar, tudo bem, eu aceito cortar o investimento, mas, pelo menos, corte no mesmo percentual em que vai cortar a despesa discricionária. "*Ah, você é gente muito boa*", não sei o que mais lá. O nosso Cajado



incorporou ao seu relatório, e assim ele apresentou, com essa regra. Pois até isso foi vetado agora. Ou seja, não há mais investimento no Brasil, se assim for a interpretação da execução orçamentária.

Portanto, o que eu acho, resumindo, para concluir, é que, quando nós formos definir políticas públicas e dizer que é prioridade, a prioridade não pode existir só no discurso. Nós temos que definir, dentro do Orçamento, já que nós estamos aqui na Comissão Mista de Orçamento, e dizer: *"Olhem, para essa ação, inclusive definida como prioridade na LDO, eu tenho que assegurar um valor mínimo de recursos, para que ela possa efetivamente ser executada"*.

Era a única ponderação que eu queria fazer. Em política pública, a boa vontade sempre é necessária, mas, se não tivermos o dinheiro para executar, nós vamos ficar... Até porque o maior componente de despesa do Governo Federal são esses juros, de 700 bilhões de reais. Vamos gastar 218 bilhões de reais em saúde, 160 bilhões de reais em educação e 700 bilhões de reais em juros. E esta Casa acha que está tudo muito bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - E fica o desafio para que, no Interconselhos, nas próximas sessões participativas sobre o Orçamento a ser debatido com a população, possamos dizer exatamente quanto vai, para o pessoal compreender por que nós estamos lutando aqui internamente. Inclusive, queremos aprovar ainda este mês a taxaçoão dos fundos exclusivos, das *offshores*, *trusts*, que não são taxadas, e a população paga em qualquer aplicação.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Isso era para ter sido votado hoje, Sr. Presidente.

Eu vim da reunião de Líderes, e o meu sentimento — quero estar errado — é de que não vai ser votado e vai ficar para a outra terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós estamos fazendo um esforço aqui, não é?

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - Isso.



O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós estamos fazendo um esforço para levar para a sociedade esse debate. Por isso esta audiência pública aqui, que é uma audiência um pouco diferenciada.

Dependendo do tema, LDO, PLOA, que são anuais, orçamentários, geralmente há mais presentes aqui, mas nós precisamos desenvolver uma cultura de planejamento, e não é no orçamento anual que nós vamos resolver isso. Precisamos ter um período de políticas públicas combinadas com orçamentos que permitam a execução delas, para que nós possamos sonhar, desejar um Brasil com menos desigualdade, com mais justiça, com mais respeito, todos os elementos que nós colocamos aqui.

Então, parabéns pela sua observação. Não é por nada que foi Secretário da Fazenda lá no Ceará e está sempre lembrando esses temas importantes aqui.

Para encerrarmos, pessoal, eu quero agradecer muito a todos os que participaram. Nós queríamos ter encerrado há 1 hora. Vamos passar 3 minutinhos, porque temos 5 minutos ainda para a Leany fazer seus comentários.

A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Obrigada, Deputado.

Eu agradeço as intervenções e os questionamentos dos dois Deputados, porque esta é uma oportunidade de falarmos um pouquinho mais sobre o trabalho.

Deputado Túlio, a estrutura do PPA está dividida em estratégia, em que trazemos esses indicadores-chave nacionais; uma camada tática, em que há indicadores e métricas para cada objetivo específico dentro dos programas; e uma camada gerencial. Algumas ações, algumas iniciativas não estão visíveis no nível de programa. Elas estão com objetivos específicos de indicadores e metas ou como ações, entregas, bens, produtos, serviços, numa camada gerencial. Então, esses temas estão tratados. Depois, nós vamos fazer um extrato e mandar para o nosso Relator e também para o seu gabinete.

Eu estou recebendo cola desse rapaz que está aqui na minha frente, que é o Daniel, diretor da área, e vou revelar a cola dele. *(Risos.)*



Nós temos um programa chamado Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda, que tem o objetivo específico de retirar crianças e adolescentes da situação de trabalho infantil, com uma redução do número de crianças expostas à situação de trabalho escravo e de trabalho infantil. Vamos encaminhar isso para o senhor.

Outro exemplo é a promoção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes como absoluta prioridade. Isso está dentro desse programa. É um programa que trata de crianças e adolescentes.

Nós também temos um projeto de ampliar o acesso adequado de povos indígenas aos direitos, políticas e serviços. E há, aí, toda uma pluralidade de públicos que são atendidos em acesso a serviços, e, no caso específico — aqui é só um exemplo: cultura, mulheres, crianças, jovens, idosos, pessoas LGBTQIA+, imigrantes, refugiados, transfronteiriços em contexto urbano e pessoas com deficiência. São só dois desses exemplos.

E, por último, o trabalho escravo: combater a exploração do trabalho análogo à escravidão e o tráfico de pessoas. Nós temos, inclusive, metas e indicadores regionalizados, que foi uma tentativa nossa de induzir a esse processo de regionalização de metas. Então, no nível mais granulado, mas nós trazemos esses temas dentro de uma estratégia mais geral.

Eu queria encerrar, Deputado, nosso Relator, Deputado Bohn Gass, falando um pouco do meu amigo Deputado Mauro Benevides Filho, que é um defensor do investimento público como motor do desenvolvimento, como e eu também sou. Nós já fizemos ajuste fiscal e sabemos como é difícil e como a despesa discricionária de investimento acaba sendo onde mais facilmente se penaliza a entrega de serviços públicos, porque logística, saneamento, toda a parte de infraestrutura também é bem-estar social e competitividade.

Mas eu acho que nós temos aqui no Brasil um descasamento muito ruim, Deputado, entre planejamento e orçamento. É uma das nossas fragilidades. É uma das fragilidades do nosso ciclo orçamentário. Nós temos o PPA, nós temos a LDO,



nós temos a LOA, mas nós temos um foco em despesa, nós discutimos a despesa. E, como nós vivemos em escassez há muitos anos e com o orçamento muito pressionado, estamos sempre discutindo a falta.

Nós falamos — e aí eu vou usar o inglês, os senhores me permitam — em *expenditure budget*. Nós não falamos em *performance budget*. E o PPA é o orçamento de desempenho, é o orçamento de resultado. Você tem um impacto: quantas famílias atendidas; quantas crianças deixaram de trabalhar, de estar em situação de trabalho infantil; quantos refugiados foram atendidos; qual a nota do IDEB que nós queremos; quantas pessoas saíram da fome.

O nosso esforço, e aí é na linha do que o Deputado Bohn Gass, nosso Relator falou — e é por isso que ele é o Relator —, é para olhar o impacto junto com a despesa, porque nós fazemos a despesa, e ela é ineficiente, muitas vezes. Então, precisa haver o dinheiro, ele precisa ser alocado, mas ele precisa estar performando, como nós falamos, nós precisamos ter um resultado. E para isso nós temos que casar os instrumentos, alinhar os instrumentos.

Esse é o esforço que nós estamos começando no Ministério. Não é fácil. Trata-se de uma discussão também na OCDE, uma discussão em outros países — como fazer o orçamento de desempenho. E quanto menos nós temos, mais nós precisamos fazer o orçamento de desempenho e casar impacto com alocação.

Então, esse, sem dúvida, é um dos temas...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE) - O Ministério está inovando. O Sergio Firpo vai fazer toda uma análise da eficácia dessas políticas públicas que estão sendo... Eu acho que isso vai ser também um grande avanço que o Ministério vai fazer.

A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS - Certamente. A avaliação e a incorporação disso pelos gestores, que é o grande desafio: você rodar o sistema todo. Aí tem que ter uma chibatinhazinha para poder fazer....

Eu queria agradecer, então, mais uma vez, Deputado, ao senhor, e cumprimentar todos os que participaram, inclusive os colegas que estão *on-line*,



porque esse é o resultado de um grande esforço, como eu disse aqui no início, de milhares de pessoas participando e construindo esse planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Eu que a agradeço.

Nós vamos encerrar nossa reunião. Mas, realmente, agradeço a todos, à Carmem, que está conosco na Mesa ainda, à Leany, aos Deputados, e eu quero citá-los aqui.

Eu preciso fazer o registro, porque esse projeto veio, então, com participação social. O Governo, ouviu todas as (*ininteligível*), mandou-o para o Congresso. Então, está na nossa mão aqui agora.

E para o que eu tenho chamado a atenção do Congresso? Muitos discursos e falas, queridos Deputados, Deputado Túlio Gadêlha e Deputado Mauro Benevides Filho, são feitos sobre o equilíbrio das contas do Governo. Só que, ao mesmo tempo que se cobra equilíbrio das contas, se aprovam enormemente isenções, renúncias e não se aprova a possibilidade de termos tributação sobre fundos exclusivos, por exemplo. Isso é uma contradição. Nós temos que enfrentar com transparência esta contradição de uma Casa que exige equilíbrio, aprova renúncias — e geralmente não são para os pequenos; são muitas para os grandes — e não cobra de quem tem que pagar. Para mim, é exatamente este o dilema.

E cobram-se do Governo políticas públicas. Se são cobradas políticas públicas, tem que haver o acompanhamento da viabilidade, da possibilidade da ambientação, da sustentabilidade. Quando se fala em sustentabilidade, nós sempre pensamos no tema ambiental apenas. "*Sustentável ambientalmente.*" Não. Sustentabilidade econômica, financeira: é isso que nós queremos, é exatamente esse o tema.

Eu quero agradecer a toda a equipe que está aqui, a da assessoria também. Nós temos um colegiado da assessoria tanto do Senado quanto da Câmara na interação com o Governo, com as nossas bancadas. Eu quero agradecer a presença da equipe da Consultoria que está nos acompanhando.



Eu coloquei isto como a primeira questão quando fui designado Relator: nós vamos fazer o debate, mesmo que não haja uma presença tão forte no PPA, que é algo mais a longo prazo, com diretrizes, não é tão direto como o Orçamento Anual, quando cada entidade vem aqui pressionar, fazer o seu *lobby* legitimamente, corretamente, para as atividades da sua paróquia, da sua região. São importantes.

Aqui nós estamos pensando o País. E esta ideia de uma cultura de planejamento, de uma cultura com programas encadeados na sua transversalidade, com todos os elementos, é fundamental. Se, no fim das nossas audiências públicas, nós pudermos aumentar a ideia de cultura de planejamento, de rede, de transversalidade, de intersetorialidade, eu ficarei muito feliz. Aí, eu terei cumprido uma das funções às quais eu me propus quando assumi a função de ser Relator deste PPA.

Nós vamos ter mais dois eventos aqui. Há outros eventos Estados afora, há muitas audiências. Os setores me procuram para fazer reuniões específicas. Nós estamos em diálogo permanente sobre isso. No mês de novembro, haverá espaço para adendos, sugestões que os Parlamentares poderão ainda fazer a partir do relatório preliminar, que, nos próximos dias, nós vamos disponibilizar. Desejamos que no fim de novembro, início de dezembro, tenhamos essa peça construída a mais mãos — como ela veio: a mais mãos —, para que nós possamos encerrar o ano com a aprovação da LDO, do PLOA e, também, do PPA para o próximo período.

Agradeço o comparecimento de todos os convidados, de todos os Srs. e Sras. Parlamentares, dos assessores e servidores das Casas Legislativas. Muito obrigado.

A reunião está encerrada.